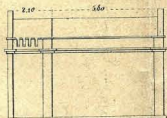


de frente

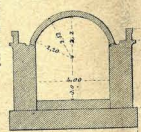
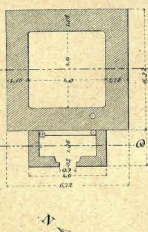
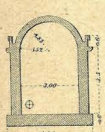
lateral



Planta

Corte em a-a

Corte em b-b



Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro

URBANISMO ANTES DOS *PLANOS*: COIMBRA 1834 - 1934

Volume II

Tese de Doutoramento em Arquitetura, na Especialidade de Teoria e História de Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor Walter Rossa e apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Novembro 2014

• U •



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro

Urbanismo antes dos *Planos*: Coimbra 1834 - 1934

Volume II

Tese de Doutoramento em Arquitetura, na Especialidade de Teoria e História de Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor Walter Rossa e apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Novembro 2014

Imagem da capa:

Pormenor do desenho de José Cecílio da Costa, “Projecto de Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra”, 1893.

[“Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra”, *Revista das Obras Publicas e Minas*, XXIV(1893): Estampa 3]

Com o apoio:



Índice

Volume I

Introdução	17
------------------	----

Parte I

Ordenar, planear e regular o território e a cidade

Capítulo 1. Organismos e Agentes para a intervenção no território e na cidade	43
1.1. Obras Públicas: institucionalização e enquadramento das políticas de fomento do Estado.....	47
1.2. Administração municipal. Poder e capacidade técnica para a gestão urbanística.....	81
1.3. Formação técnica para as Obras Públicas.....	107
Capítulo 2. Enquadramento legal: das Posturas aos Planos de Urbanização.....	132

Parte II

Coimbra: caso de estudo

Capítulo 3. Coimbra no início do século XIX	159
3.1. O Sítio de Coimbra: entre o Mondego e as Cercas Conventuais.....	160
3.2. De primeira cidade do reino a terceira cidade nacional: fundamentos para o Progresso.....	169

Parte III

Coimbra, entre desígnios e concretizações: a aprendizagem do planeamento

Capítulo 4. Ensejo e pragmatismo na construção da Cidade Liberal	183
4.1. Equipamentos e Infraestruturas Urbanas	185
4.2. Primeiras reformas urbanas. Obras no cais das Ameias e a Rua de Coruche	203
4.3. A construção do edifício dos Paços do Concelho e a afirmação do poder municipal.....	212
Capítulo 5. A tomada de consciência da cidade e a expansão urbana	221
5.1. Gestão urbana. Vereações e serviços técnicos.....	222
5.2. Levantamentos topográficos	229
5.3. Projeto de Melhoramento do Largo da Portagem e a regularização do rio Mondego	238
5.4. Plano de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz	249

Capítulo 6. As modernas redes de infraestruturas e a emergência dos Serviços Municipais	263
6.1. Abastecimento e canalização da água do Mondego	264
6.2. Moderna rede de saneamento.....	272
6.3. Da introdução da energia elétrica à municipalização da fábrica de gás.....	279
6.4. Municipalização dos transportes públicos.....	284
6.5. Serviços Públicos Municipalizados. Da gestão ao planeamento urbano	293
Capítulo 7. Dos planos à construção da cidade.....	297
7.1. Comissões de Melhoramento. Técnicos e planeamento para lá dos serviços municipais.	299
7.2. Novos Bairros. Planos de expansão do Bairro de Santa Cruz.....	306
7.3. Reforma da cidade Baixa. Planos e hesitações.....	317
7.4. Projeto para os novos arruamentos da cidade baixa, o último Plano de Melhoramentos da Baixa	328
Capítulo 8. O primeiro Plano de Urbanização da cidade de Coimbra. Do desenho urbano ao Plano	333
8.1. Primeiro levantamento aerofotogramétrico e o desenvolvimento da urbanística moderna.....	334
8.2. O Ante-projecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra	347
Capítulo 9. Para lá da intervenção municipal. Instituições e privados na conformação da Cidade.....	351
9.1. A Igreja e a construção do primeiro Bairro Operário	353
9.2. Hospitais da Universidade de Coimbra	357
9.3. Do Lyceu Nacional aos Liceus D. João III e D. Maria.....	373
9.4. Penitenciária de Coimbra	380
9.5. Quartel de Santana	388
9.6. A nova Estação do Caminho-de-ferro	393
Capítulo 10. Edifícios antigos. Da transformação urbana ao entendimento do Património	401
Considerações finais.....	427
Fontes e Bibliografia.....	437

Volume II

Anexo A

Barra Cronológica das Obras..... 7

Anexo B

Quadro dos Principais Intervenientes..... 11

Anexo C

Notas Biográficas dos Técnicos 25

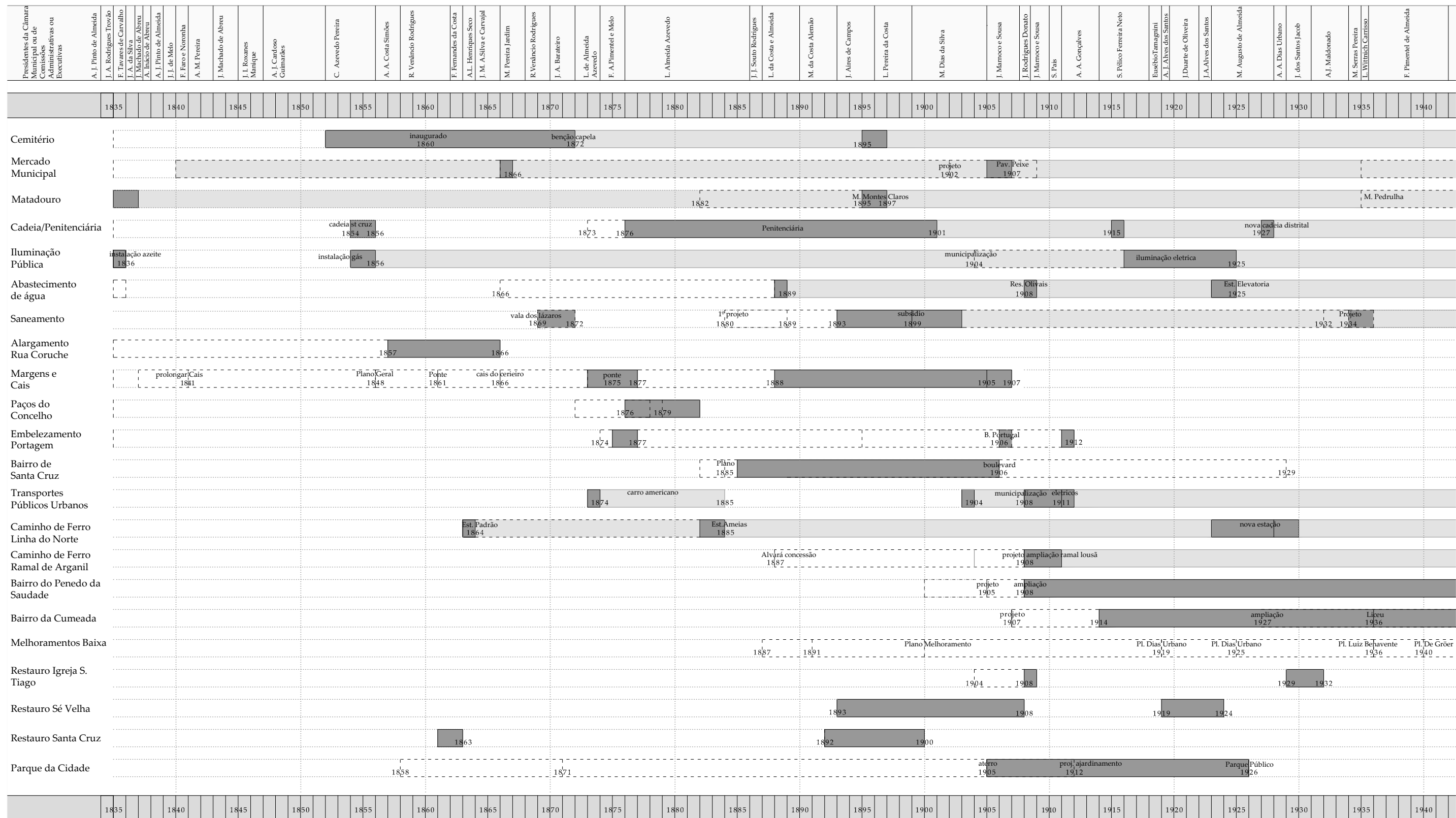
Anexo D

Notas Biográficas dos Políticos 57

Anexo E

Peças Desenhadas 79

Anexo A
Barra Cronológica das Obras



Legenda:

- Intervenção delineada
- Obra em execução
- Intervenção concluída/em funcionamento

Anexo B
Quadro dos Principais Intervenientes

Nota: O quadro que se segue apresenta os principais agentes de intervenção pública responsáveis pela transformação de Coimbra, considerando quer a ação do Município, veiculada pelos sucessivos Presidentes da Câmara Municipal e, quando existiram, pelos chefes da Repartição de Obras Municipal, bem como dos serviços delegados do poder central, desde a Direção de Obras Públicas do Distrito à Direção de Obras Públicas do Mondego, nas suas várias designações. Apresenta-se o quadro completo das chefias destes serviços e ainda um conjunto significativo de chefes das várias secções em que os serviços se dividiram. Todavia, no estado atual do conhecimento sobre estes organismos, não foi possível reconstituir a totalidade dos técnicos que compunham estes serviços.

Anexo C
Notas Biográficas dos Técnicos

Abel Augusto Dias Urbano (1868 - 1954)

Bacharel em Matemática e Engenheiro Militar pela Escola do Exército. Trabalhou ao serviço do Ministério da Guerra nas secções de Almeida, da Figueira da Foz, de Aveiro e de Tomar, onde foi responsável por um conjunto de projetos de levantamento de castelos, como o de Pinhel em 1895, Vila Maior em 1898, Valhelhas em 1898, Sabugal 1898 e Celorico em 1898. Para além de projetos de melhoramentos de quartéis, como o Quartel de Infantaria nº 15 de Tomar de 1910, o Quartel de Infantaria nº 24 de Aveiro de 1908, ou o Quartel do 4º Esquadrão do Regimento de Cavalaria do Príncipe Real em Viseu de 1898. Foi ainda o responsável pelo projeto do Picadeiro de Cavalaria nº 8 de Castelo Branco de 1904 e ainda pelo projeto de regularização do adro da Capela das Almas, no Bussaco. Em 1919 foi contratado, por seis meses pela Câmara Municipal de Coimbra e definitivamente em janeiro de 1923 para chefe da Repartição de Obras Municipais. Foi presidente da Comissão Administrativa do município de Coimbra entre outubro de 1928 e maio de 1929. Colaborou com vários jornais, como a *Gazeta dos Caminhos de Ferro* e *O Despertar*. Destacam-se os seus estudos para a reforma da Baixa de Coimbra que publicou em *Melhoramentos de Coimbra. I- Projecto de novos arruamentos da Cidade Baixa*, em 1928. Ainda ao serviço do município foi responsável pelo projeto de alargamento do mercado municipal de 1924. Fez parte da Comissão de Monumentos e foi presidente do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra entre 1921 e 1924.

[Lisboa: AHM, *Processo Individual*, p.38

Gazeta dos Caminhos de Ferro, nº 1586, 16 Janeiro 1954, 439

Jorge Custódio, “*Renascença*” *Artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, Durante a I República. Património da Nação*. Vol.2 (Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2011), 558]

Adolfo Ferreira Loureiro (12.12.1836 – 12.11.1911)

Natural de Coimbra, em abril de 1854 ofereceu-se como praça enquanto completava o curso de Matemática da Universidade de Coimbra. Completou depois os cursos do Estado-Maior e de Engenharia. Em outubro de 1860 entrou ao serviço da Direção de Obras da Barra da Figueira, sendo nomeado engenheiro chefe de conservação das Obras da Barra e Porto da Figueira. Dirigiu interinamente esta direção entre março de 1862 e junho do mesmo ano, entre dezembro de 1865 e junho de 1866 e entre agosto de 1871 e dezembro desse ano, para além de acumular o serviço de chefe de uma secção da Direção de Obras do Distrito de Coimbra desde dezembro de 1865. A partir de janeiro de 1872 assumiu a Direção das Obras do Mondego e Barra da Figueira até abril de 1883. Entre outubro de 1873 e novembro desse ano acumulou esta direção com a Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Foi responsável pelo *Projeto de Regularização das Margens do Mondego desde a Foz do Alva até à Figueira da Foz*. Foi também responsável pelo *Projeto de Defesa da cidade contra as Cheias*, propondo a construção de diques insubmersíveis (aprovado 1872). Dentro da cidade foi responsável por um conjunto alargado de projetos, como o *Plano de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz* (1885), o *alargamento do Mercado Municipal* (1887), os estudos iniciais para a Penitenciária (1875?), ainda o projeto não construído *d’um Elevador em Coimbra entre as ruas Ferreira Borges e S. Salvador* (1888), bem como dos *Projetos de Abastecimento de Águas a partir do Mondego* (1876 e 1887) e do *Projeto de Esgotos e Saneamento* (1888). Delineou também o *Plano das Obras do Porto e Barra da Figueira* (1889) e, nesta cidade, foi responsável pelo projeto do novo bairro na frente marítima, bem como pelo projecto de alguns edifícios como o Teatro Saraiva de Carvalho e a Santa Casa da Misericórdia. Em 1879 foi nomeado para a comissão encarregada de estudar os diferentes projetos para o melhoramento da Barra do Douro e a construção do Porto Artificial e no ano seguinte para a comissão encarregada do *Plano Geral das obras para melhorar o regime do Tejo e*

beneficiar os campos adjacentes. Em 1881 foi nomeado para a comissão encarregada de propor um novo *regulamento para o Porto Artificial de Ponta Delgada*. Entre abril de 1883 e agosto de 1884 esteve em comissão de serviço a estudar o Porto de Macau ao serviço do Ministério da Marinha. Em 1887 foi encarregado da Direção da 3ª Circunscrição Hidráulica correspondente ao Tejo e toda a zona sul mas que só assumiu no início de 1889 depois de concluído o *Plano para a Barra da Figueira e respetivo Porto*. Fez parte da comissão encarregada de estudar o melhor sistema de esgotos de Lisboa (1888) e fiscalizou as obras do Porto de Lisboa. Fez parte da comissão encarregada de examinar o estado da Barra de Aveiro em 1889. Nesse mesmo ano visitou a Exposição de Paris para estudar os assuntos referentes aos Portos. Também nesse ano assumiu cumulativamente a Direção das Construções Civis do Ministério da Marinha, tendo pertencido à comissão encarregada de propor uma nova organização para o Arsenal da Marinha. Fez parte das comissões de inspeção dos Portos de Lisboa, de Viana do Castelo, de Ponta Delgada, do Faial e do Funchal. Fez parte da comissão encarregada pelo Plano Geral dos Melhoramentos do vale do Tejo. Encarregado também da inspeção dos edifícios e dos estudos de águas e esgotos da Ilha da Madeira. Pelo decreto de 24 setembro de 1898 foi nomeado Diretor Geral das Obras Publicas e Minas. Esteve ainda envolvido nos estudos do *regulamento dos Serviços de Estradas, Edifícios Públicos e Obras* e na definição das disposições relativas ao *estudo e construção de obras, conservação, arborização e polícia das estradas e rios* em 1899 e , em 1901 dos estudos para a revisão das *cláusulas e condições gerais de empreitadas de Obras Públicas e arrematação* e ainda na revisão do *regulamento dos Serviços Hidráulicos*. Foi vogal do Conselho Técnico de Obras Públicas e do Conselho Superior de Obra Públicas e Minas. Fez ainda parte do Conselho Superior do Cadastro Predial. Em 1901 recebeu a Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Em 1906 recebeu a Medalha de Ouro do Exército.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx92]

Adolfo Frederico Ferreira Moller (31.10.1842- 20.06.1920)

Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, na Administração-Geral das Matas do Reino, em outubro de 1860 e até setembro de 1862 ocupou o cargo de Silvicultor no Pinhal de Leiria, donde foi transferido para o lugar de Mestre de Pinhais da Mata da Machada em Vale de Zebro. Em junho de 1865 foi colocado como condutor de obras públicas na Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra e em agosto do ano seguinte foi transferido para a Direção das Obras Públicas do Mondego e Barra da Figueira. Em 1873, foi requisitado pelo Reitor da Universidade e a partir do dia 3 de dezembro começou a trabalhar no Jardim Botânico. A 31 de Outubro de 1878 foi nomeado jardineiro chefe da Universidade de Coimbra onde deu um importante contributo para a divulgação da botânica, tendo sido o responsável pela criação do Herbário de Plantas Medicinais da Faculdade de Medicina em 1882. Fez parte da Comissão Regional de Agricultura com sede em Coimbra e a partir de janeiro de 1914, ainda a trabalhar no Jardim Botânico solicitou a demissão do corpo de engenharia. Ao serviço da Universidade, empreendeu várias explorações científicas, nomeadamente a expedição de quatro meses iniciada em maio de 1885 a S. Tomé e Príncipe que para além de recolher inúmeras plantas, fungos, rochas e objetos antropológicos fomentou a necessidade do conhecimento do rico território das colónias. Foi ainda o grande impulsionador da criação dos viveiros florestais do Choupal e Vale de Canas. Escreveu em colunas de vários jornais de agricultura e horticultura onde divulgou muitas das suas descobertas. Foi sócio da Sociedade Farmacêutica Lusitana, da Sociedade de Geografia e da Sociedade Promotora da Indústria Fabril

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx108
<http://blogues.publico.pt/missoesbotanicas/os-naturalistas>]

Agostinho José Pinto d'Almeida (24.08.1784-18.07.1848)

Licenciado em Matemática e bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra em julho de 1801 e julho de 1800 respetivamente. Com apenas dezassete anos foi nomeado ajudante do Observatório Astronómico da Universidade. Em 1805 obteve o grau de Doutor. Entre 30 de agosto de 1814 e 21 de abril de 1822 foi adjunto do Diretor das Obras Hidráulicas do Mondego, na época José Bonifácio d'Andrade, Lente de Filosofia, passando depois desta data a diretor das Obras do Mondego e do distrito, cargo que desempenhou até julho de 1848. Em 1822 foi encarregado com o doutor Joaquim Franco da Silva, lente de Filosofia de visitar as minas do Reino e de coordenar o plano científico e administrativo para a sua exploração. Fez estudos para a Barra de Aveiro e para a Barra do Porto. Em 1823 foi nomeado 2º Astrónomo do Observatório Astronómico. Foi deputado da Real Junta da Fazenda da Universidade entre junho de 1825 e junho de 1832, reassumindo funções depois da vitória do liberalismo em junho de 1834. Quando esta Junta foi extinta foi nomeado vogal interino do Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e Secundário e depois vogal efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública. Diretor da Faculdade de Matemática por decreto de 14 de julho de 1834 e em outubro de 1835 quando a Universidade reabriu as suas portas assumiu as cinco cadeiras do curso de Matemática, garantindo assim que a Faculdade não seria extinta. No ano seguinte em outubro foi nomeado Cavaleiro da Ordem da Conceição. Foi nomeado Vice-Reitor da Universidade em 1846 mas não aceitou o cargo. Foi Presidente da Comissão administrativa da Câmara Municipal de Coimbra em 1834, Vice-presidente da Câmara Municipal em 1837 e Presidente em 1838.

[José Maria d' Abreu, *Biographia do excellentissimo senhor Agostinho José Pinto de Almeida* (Coimbra: Typographia do Observador, 1848);

Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 250]

Alexandre Simões da Conceição (1842 – 11.10.1889)

Natural de Ílhavo completou o curso de Engenharia Civil da Academia Politécnica do Porto a 10 de abril de 1867. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em novembro de 1868, como condutor auxiliar empregado nos estudos das estradas municipais distritais de Beja. Trabalhou depois como engenheiro subalterno da Repartição de Obras Públicas do Distrito da Guarda e a partir de julho de 1869 como engenheiro subalterno da Repartição de Obras Públicas de Bragança, sendo promovido a 1º engenheiro desta repartição em 1872. Entre janeiro de 1876 e agosto de 1878 foi engenheiro municipal de Coimbra, onde foi responsável pelo *Projeto do novo edifício dos Paços do Concelho*. Entrou depois ao serviço da Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira, encarregado das obras do Porto e da referida Barra. Em abril de 1882 foi transferido desta direção para a Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra, sendo em junho de 1886 nomeado diretor das Obras Públicas do Distrito da Guarda. Em março de 1888 foi transferido para igual cargo na Direção de Obras Públicas do Distrito de Viseu. De destacar ainda a sua participação em 1880 no IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica que decorreu entre 20 e 29 de setembro em Lisboa. Para além se ter dedicado à engenharia também se dedicou à crítica literária, sendo mesmo responsável entre 1876 e 1877, por uma revista denominada *A evolução: revista quinzenal de litteratura, de critica e de vulgarisação*

científica. Foi ainda o autor das obras: *A Camões: homenagem por ocasião... do tricentenário*, em 1880 e *Notas: ensaios de critica e de literatura*, em 1881.

[Artur de Magalhães Basto, *Memória histórica da Academia Politécnica do Porto* (Porto: Universidade do Porto, 1987), 488. Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx62]

Amável Granger (30.07.1861- 07.02.1938)

Natural do Crato fez os preparatórios na Universidade de Coimbra, ingressando depois na Escola do Exército, concluindo o curso em janeiro de 1885. Em dezembro de 1889 começou a trabalhar na 2ª Circunscrição Hidráulica, como chefe da 5ª secção. Em junho seguinte pediu autorização para dirigir trabalhos técnicos da Câmara Municipal de Coimbra cumulativamente com os serviços da Circunscrição. Durante três meses esteve ao município onde foi responsável pela direção das obras da rede de abastecimento de água a partir do Mondego. Em abril de 1893 deixou o serviço da Circunscrição para integrar a comissão de Inspeção dos Prédios Rústicos e Urbanos de Vila Real, sendo transferido depois para a comissão análoga de Coimbra, extinta a 16 de janeiro de 1894. A partir de fevereiro desse ano passou a integrar a Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Em julho de 1895 foi enviado para os estudos do caminho-de-ferro de Angola. Nomeado chefe interino da 1ª Secção da Repartição de Indústria em setembro de 1898, regressando em julho de 1900 à Direção de Obras do Distrito de Coimbra, onde permaneceu até 1903. A partir de fevereiro desse ano, depois da concessão do caminho-de-ferro de Angola a Robert Williams foi encarregado da fiscalização das obras. Esteve também em S. Tomé e em 1915 foi nomeado diretor das Obras Públicas e da Fiscalização do caminho-de-ferro da Beira. Foi nomeado Inspetor das Obras Públicas de Angola em junho de 1922 e dois anos depois, em novembro foi encarregado da fiscalização da construção da linha férrea de Luanda a Ambaca. Por motivo de doença deixou o serviço em Angola em julho de 1925. Recebeu o grau de Cavaleiro da Real Ordem de S. Bento de Aviz e mais tarde foi elevado a Oficial da mesma Ordem.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx 78]

António Augusto Gonçalves (19.12.1848-04.11.1932)

Natural de Coimbra e filho de um pintor desta cidade, completou o curso do liceu e de Desenho Filosófico, desenvolvendo depois uma formação autodidata e autónoma. Foi artista, arqueólogo, historiador, crítico de arte e foi professor de desenho em múltiplos estabelecimentos. Criou a Escola Livre das Artes do Desenho em Coimbra a 1 de outubro de 1878 e foi seu diretor. A partir de 1884 foi Professor de Desenho na Escola de Desenho Industrial Brotero, desde 1889 diretor da então denominada Escola Industrial Brotero. A partir de 11 de janeiro de 1898 foi professor interino da cadeira de desenho anexa à Faculdade de Matemática, sendo nomeado definitivamente a 23 de julho de 1902. Em outubro de 1910 foi nomeado Superintendente dos Palácios Reais, pelo governo provisório da República e pediu a substituição como professor da Aula de Desenho Foi o responsável pela criação em 1890 do Museu de Arte Industrial de Coimbra. Da sua obra, destacou-se o plano e as obras de restauro da Sé Velha iniciado em 1893 e a criação do Museu Machado de Castro a partir do Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra em 1911. Foi membro do

Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra a partir de 1920. Filiado no partido Republicano e iniciado na Maçonaria em 1897 com o nome simbólico de “Fernão Vasques”. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Para além de inúmeros artigos em jornais publicou: *Brevíssimas noções elementares sobre o método das projecções ortogonais*, 1878; *A Escola Livre das Artes do Desenho - Coimbra*, 1881; *O espólio dos conventos -A propósito de Celas e Sant`Ana*; *O Claustro de Celas. Apelo à Imprensa*, 1891; *Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra*, 1894; *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra- Nota*, 1911; *Memoria sobre métodos e processos de ensino do desenho*, 1898; *Noticia histórica e descritiva dos principais objectos de ourivesaria existentes no tesouro da Sé de Coimbra* (em colaboração com Eugénio de Castro), 1911; *Breves noções sobre a história da cerâmica de Coimbra* (complemento do estudo de Charles Lepierre), 1912; *Depoimento para ajuntar ao volumoso processo dos malfeteiros da Arte em Portugal*, 1912; *Museu Machado de Castro – Notas*, 1916; *À glória da vereação camarária de Coimbra. Homenagem dum munícipe por ela votado à execração*, 1920; *Monitória dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem suas vezes fizer, acerca do Museu Machado de Castro, de Coimbra*, 1921; *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro*, 1923; *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*, 1929; *Coimbra*, 1929.

[*O Instituto*, vol.108 (1946): 1-101;

Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol.II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 280]

António Casimiro de Figueiredo (?- 16.01.1890)

Concluiu o Curso de Engenharia da Escola do Exército em 1854 e entrou ao serviço do Ministério das Obras Publicas em outubro desse ano, sendo colocado ao serviço da Direção de Obras Públicas dos Distritos de Viseu e Guarda. Em 1862 foi colocado ao serviço da Direção de Obras Públicas do Mondego e da Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Entre abril de 1863 e janeiro de 1864 assumiu a Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra interinamente. Entre 1870 e 1888 foi diretor de Obras Públicas de Viseu. E a partir de 1888 passou a fazer parte da Junta Consultiva de Obras Pública e Minas.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 64]

António Franco Frazão (?-?)

Engenheiro de Pontes e Estradas e Engenheiro Geógrafo diplomado pela Academia Politécnica do Porto a 26 de julho de 1879. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Indústria em junho de 1879 na Direção de Obras Públicas do Distrito de Faro, sendo transferido em janeiro de 1881 para o distrito de Santarém e em 1885 para a Direção de Obras Públicas de Coimbra onde foi chefe de secção entre junho desse ano e maio de 1888. Foi depois transferido para a Direção de Obras Públicas de Évora e, em dezembro de 1890 assumiu o cargo de Diretor de Obras Públicas deste distrito. Entre maio de 1891 e julho desse ano desempenhou o cargo de Inspetor Industrial da 2ª circunscrição, sendo então nomeado para a dirigir a Direção de Obras Públicas de Coimbra, cargo que desempenhou até agosto de 1901 quando foi transferido novamente para a Direção das Obras Públicas de Évora, que assumiu até março de 1902. Foi então nomeado chefe da 2ª Circunscrição dos Melhoramentos Sanitários do Sul, lugar que ocupou até junho de 1912.

Enquanto dirigiu a Direção das Obras Públicas de Coimbra foi um dos responsáveis pelo *Projeto de ampliação do Hospital* delineado a partir de fevereiro de 1896.

[Artur de Magalhães Basto, *Memória histórica da Academia Politécnica do Porto* (Porto: Universidade do Porto, 1987), 488-490.

António Augusto da Costa Simões, *Reconstruções e Novas Construções dos Hospitais da Universidade de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1898), 159

Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 69]

António Jorge Freire Junior (?-1905)

Condutor de obras esteve ao serviço da Direção de Obras do Distrito de Leiria onde foi responsável pelo projeto para o Tribunal Judicial construído no extinto Convento de São Francisco. Depois foi transferido para a Direção de Obras de Coimbra onde esteve pelo menos entre 1871 e 1881. Mais tarde foi engenheiro do Posto de Desinfecção de Lisboa.

António Jorge Freire Junior, *O conductor Freire e os seus detractores : defeza dos seus actos na direcção das obras públicas de Coimbra* (Typographia das Horas Romanticas, 1881)

Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 70]

António José de Sá (?- 25.02.1898)

Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas em fevereiro de 1855, como encarregado da escrituração da Direção de Obras Públicas do Distrito de Aveiro ingressando depois na Academia Politécnica do Porto onde concluiu o curso de Engenharia de Pontes e Estradas a 21 de setembro de 1868. Contratado pela Câmara Municipal de Coimbra em julho de 1873, assumiu o cargo de Engenheiro Municipal e Inspetor de Incêndios, que desempenhou até pedir a exoneração em abril de 1874, neste cargo foi o responsável pelo *Projeto dos Melhoramentos a fazer no Largo da Portagem* (1874) e de *uma nova praça a abrir no sítio da antiga portagem junto à frente de Coimbra* (1874). Em 1874 assumiu o cargo de 1º Engenheiro da Repartição de Obras Públicas do Distrito de Évora e em janeiro do ano seguinte foi requisitado para a Repartição Distrital da Guarda, ocupando o cargo de Engenheiro Subalterno até setembro, data em que substituiu interinamente o 1º Engenheiro, Vicente de Moura d'Almeida d'Eça na Repartição Distrital de Braga. Neste distrito foi responsável pelos trabalhos gráficos na estrada de Braga ao Torrão de Murça. Em outubro de 1876 regressou à Repartição Distrital de Évora, sendo mais tarde transferido para a Repartição de Obras Públicas do Distrito de Castelo Branco, onde serviu até à extinção destas repartições em outubro de 1886, sendo colocado como diretor das obras públicas do mesmo distrito. Em março de 1888 foi nomeado Diretor das Obras Públicas do distrito da Guarda, lugar que exerceu até agosto de 1889 quando foi transferido para a Direção de Obras Públicas do distrito de Aveiro. Entre abril e maio de 1891 foi nomeado diretor das Obras Públicas do distrito de Coimbra, sendo depois transferido novamente para diretor das Obras Públicas de Évora e, em julho desse mesmo ano transferido para a direção de Obras Públicas de Aveiro.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.148]

António Mano Ribeiro (10.04.1853- 12.04.1921)

Entrou ao serviço da Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra em 1879 mas em novembro de 1882 pediu licença para servir na Repartição de Obras Públicas do Distrito onde permaneceu até novembro de 1884, regressando à Direção de Obras Públicas do Distrito, onde trabalhou até à sua aposentação em 1918. Foi responsável pelo projeto e pela fiscalização de várias estradas do distrito, nomeadamente pela construção da estrada distrital entre Ceira e a Palheira e da ponte de pedra sobre o Alva. Entre outubro de 1898 e agosto de 1899 serviu também nos Serviços do Mondego e Barra da Figueira.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.140]

Augusto de Carvalho da Silva Pinto (07.05.1865-07.05.1938)

Estudou Belas Artes e depois de concluído o curso foi estudar para Paris. Regressou a Portugal em 1895 e foi convidado pelos condes do Ameal para realizar e dirigir as obras de adaptação do Colégio de S. Tomás, na rua da Sofia a habitação. No ano seguinte foi nomeado professor da cadeira de Desenho Arquitetónico da Escola Industrial Brotero, tendo também começado a dirigir as obras da Universidade. A partir de 1897 colaborou com António Augusto Gonçalves nos trabalhos de restauro da Sé Velha. Foi responsável por um conjunto de obras fora de Coimbra, como o monumento a Afonso de Albuquerque elaborado em conjunto com o escultor Costa Motta em 1901, a Escola Mista Aires de Campos no Ameal e o edifício dos Paços do Concelho de Soure. Em Coimbra foi autor do *projeto do Pavilhão de Peixe* (1905) e do *Projeto de reforma do mercado* (1908) nunca executado, do *restauro do Parque de Santa Cruz* (1903) e do *Coreto do Jardim do Cais* (1903), atualmente no Parque Manuel de Braga. Em 1904 foi nomeado diretor da secção oficial da Escola Industrial Brotero. Em 1907 nomeado Técnico Fiscal das Construções Escolares. Participou nos primeiros trabalhos de arqueologia no Mosteiro de Santa Clara em 1908 e nas obras de demolição da Igreja da Misericórdia construída sobre a Igreja de São Tiago. Em 1911 dirigiu com António Augusto Gonçalves as obras para a instalação do Museu Machado de Castro no Antigo Paço Episcopal e em 1913 participou nas obras de restauro da Igreja e do Convento de Celas. Em 1911, fez o projeto da Escola Industrial Brotero junto à Praça da República que nunca foi executado e fez o projeto da Faculdade de Letras, mais tarde transformada na atual Biblioteca Geral. No ano seguinte foi responsável pela transformação da Casa dos Melos na Faculdade de Farmácia e em 1914 foi nomeado Arquiteto das obras da Universidade. Professor do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra e da Escola Industrial Brotero, em 1926, quando as mesmas são unificadas, assumiu a direção da nova Escola e conseguiu a sua transferência para as antigas instalações do Hospício Distrital. Em 1928 superintendeu os estudos de arqueologia de Conímbriga e em 1931 foi encarregue pela Direção dos Monumentos Nacionais, dos trabalhos de reposição e restauração do claustro da Manga, trabalho em que foi substituído por Luiz Benavente. Ainda para a Direção dos Monumentos Nacionais, projetou em 1932, o frontão para a fachada principal do novo Palácio da Justiça, a que tinha sido adaptado o antigo Palácio do Ameal. Em 1935 abandonou a docência por limite de idade mas continuou a colaborar com variados projetos como arqueólogo e arquiteto. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1919 e Governador Civil do distrito de Coimbra em 1924.

[“Arquitecto Augusto de Carvalho da Silva Pinto”, *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal* (1969): 367-383]

Augusto Luciano Simões de Carvalho (07.06.1838 – 15-07-1912)

Natural do Porto, filho de Luciano Simões de Carvalho, presidente da câmara desta cidade entre janeiro de 1837 e dezembro de 1838. Bacharel de Matemática e de Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1863, formou-se em Engenharia pela Escola do Exército e pela Escola de Pontes e Calçadas Francesa. Enquanto estudava em França foi encarregado de estudar a exposição Universal de 1867 com destaque para as construções especiais de faróis e do caminho de ferro. Em fevereiro de 1869 assumiu o cargo de 1º Engenheiro da Repartição de Obras Públicas do Distrito de Beja e entre 1872 e 1873 ocupou cargo idêntico mas no distrito de Portalegre. Colocado depois na Direção das Obras de construção do caminho-de-ferro do Minho, foi nomeado diretor da fiscalização da construção das Linhas do Minho e Douro a partir de 1881, onde foi responsável por acompanhar a obra da construção da Ponte Metálica sobre o rio Minho. Foi também encarregado da direção e fiscalização da construção da ponte sobre o rio Douro em Entre-os Rios. Em 1886 foi também nomeado para dirigir cumulativamente ao serviço de diretor de construção dos caminhos-de-ferro do Minho e Douro os estudos da 2ª e 3ª divisão do caminho-de-ferro criadas nesse ano. Em 1888 foi encarregado da direção da 2ª Circunscrição Hidráulica, Vouga, Mondego e Liz, cargo que ocupou entre 1889 e 1890 e que acumulou com a direção da 2ª divisão de estudo do caminho-de-ferro a norte do Mondego. A partir de 1890 pediu licença para servir na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Mais tarde foi nomeado vogal da comissão encarregada do estudo do plano de viação acelerada adoptado nas regiões do país ao norte do Mondego, foi vogal do Conselho Superior do Comércio e Indústria e vogal do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Em 1906 foi nomeado Inspetor-geral Edifícios Públicos. Foi responsável pela publicação da obra *Caminhos-de-ferro do Minho e Douro: ponte internacional sobre o Rio Minho: memória*, de 1886 com 12 desenhos das obras da linha do Minho e Douro e em 1890 *Caminhos de ferro do Minho e Douro : ponte internacional sobre o Rio Águeda : memória*

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.32]

Bonifácio Gonçalves Meira (16.12.1883– 18.04.1950)

Concluiu os cursos de Engenharia de Obras Públicas, de Minas e Industrial na Academia Politécnica do Porto em 1910. Serviu na Direção de Obras Públicas de Bragança até 1933, sendo transferido para a Direção Hidráulica do Mondego, em dezembro deste ano onde permaneceu até falecer em abril de 1950.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.103]

Cândido Celestino Xavier Cordeiro (1844-19.01.1904)

Natural de Torres Novas, bacharel de Matemática pela Universidade de Coimbra e engenheiro civil pela Escola do Exército de Lisboa. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas a 31 de agosto de 1863, como condutor de 1ª classe ao serviço na Direção de Obras Públicas de Castelo Branco mas em novembro seguinte foi transferido para a Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra, onde foi encarregue da continuação dos trabalhos da estrada de Condeixa a Penela. Em março de 1864 foi elevado a chefe de secção e em abril desse ano foi promovido a engenheiro. Entre

setembro de 1864 e julho de 1868 foi enviado para França para estudar na Escola Imperial de Paris e em agosto de 1867 foi especificamente encarregado de visitar a Exposição de Paris e estudar as construções de Portos e do caminho-de-ferro. Quando regressou foi nomeado 1º Engenheiro da Repartição Distrital de Obras Públicas de Coimbra. Em outubro de 1869 integrou a Comissão Consultiva de Melhoramentos Sanitários mas, em 1871 regressou à Repartição Distrital de Obras Públicas de Coimbra onde permaneceu até novembro de 1877 quando foi nomeado chefe da 4ª seção de construção do caminho-de-ferro do Minho, onde dirigiu o traçado e a construção das linhas do Vale do Vouga e do Minho e as respetivas pontes. Entre junho de 1878 e janeiro de 1879 fez uma visita de estudo pela Europa para estudar os caminhos-de-ferro de via reduzida. Entre 1881 e 1885 esteve em comissão ao serviço do Ministério da Marinha na Índia ao serviço da Companhia de Caminho-de-ferro Portugueses e foi inspetor das obras do Porto e do Caminho de Ferro de Mormugão. Foi nomeado vogal da comissão encarregada de elaborar as instruções necessárias para vigilância e conservação das pontes metálicas do país e vogal da comissão encarregada de estudar o plano de viação acelerada da região a sul do Tejo. A partir de 20 de maio de 1903 tornou-se vogal efetivo do Conselho Superior das Obras Públicas e Minas, sendo ainda Inspetor dos Edifícios Públicos e membro do Conselho dos Monumentos Nacionais. Colaborou com o engenheiro Vasconcelos Porto e com o arquiteto Luís Monteiro no projeto e nas obras da Estação do Rossio em Lisboa.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.42]

Maria Marques Calado, "A Cultura Arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e inovação", volume II (dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2003), 102-103]

Cândido de Oliveira Cortez (?- 09.11.1883)

Oficial Maior do Governo Civil de Leiria entre 1835 e 1846. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria como Condutor de Obras Públicas, em dezembro de 1852, sendo colocado na Direção de Obras Públicas de Coimbra e Viseu, onde participou na fiscalização da construção da estrada Lisboa-Porto. Prestou serviço também na Direção de Obras Públicas do distrito de Castelo Branco e na da Guarda e em janeiro de 1864 regressou ao serviço da Direção de Obras Públicas de Coimbra. Em abril de 1869 foi transferido para a Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira mas no final desse mesmo ano, devido à idade avançada, foi transferido para a Direção Geral dos trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos, encarregado de copiar plantas. Foi responsável por alguns projetos para o município como o *projeto do Mercado na Horta de Santa Cruz* em 1866.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.44]

Carlos Ribeiro (21.12.1813 a 13.11.1882)

Assentou praça na Arma de Artilharia em agosto de 1833, servindo as forças liberais. Concluiu o curso de Engenharia em 1844 depois de ter participado nas várias lutas civis. Em 1847 trabalhava na Junta do Porto, quando foi contratado como engenheiro, para as minas de carvão do Cabo

Mondego e do Bussaco, concessionadas à Companhia Farrobo e Damazio. Com a criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria em 1852 foi colocado como chefe da secção de Minas. Quando foi criada a Comissão de Geologia assumiu a sua direção e em 1868 foi nomeado chefe da Secção de Geologia da Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos Hidrográficos, Corográficos e Geológicos. Em 1869 foi nomeado Vogal da Junta Consultivas de Obras Públicas e Minas. Foi um homem dedicado à ciência mas com destaque para os seus estudos de geologia, de antropologia e de arqueologia, em grande medida decorrente dos seus trabalhos no campo para o levantamento da Carta Geológica de Portugal, onde recolheu inúmeros achados arqueológicos. Em Coimbra foi o responsável pelo estudo geológico que conduziu à escolha do terreno da Conchada para a implantação do cemitério municipal e foi o responsável pelo desenho do projeto do cemitério proposto por António Augusto da Costa Simões, seu amigo pessoal. Foi o responsável pela descoberta do lençol de água de Belas que abasteceu a cidade de Lisboa entre 1874 e 1878. Um dos principais impulsionadores do *I Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pre-Histórica* que se realizou em Lisboa em 1880 e, em conjunto com o engenheiro Nery Delgado, o responsável pela criação do Museu Antropológico Português. Deixou uma vasta obra publicada: *On the Carboniferous and Silurian Formation of the neighbourhood of Bussaco in Portugal. By Senhor Carlos Ribeiro, With Notes and a Description of the Animal Remains by Daniel Sharpe.* publicado pela *Geological Society*, de Londres. *Memorias sobre as minas de carvão do Districto do Porto e Coimbra, e de Carvão e ferro do Districto de Leiria*, em 1864. *Considerações geraes sobre a conserva das aguas, projectada na ribeira de Carenque*, publicada pela Camara Municipal de Lisboa em 1864; *Estudos geológicos e descripção do terreno quaternário das bacias dos rios Tejo e Sado*, em 1866; *Memoria sobre o abastecimento de Lisboa com aguas de nascente e aguas de rio*, em 1867; *Relatorio acerca da arborização geral do paiz*, em colaboração com o eng Joaquim Filippe Nery Delgado, em 1868; “Breve noticia acerca da constituição physica e geológica da parte de Portugal, compreendida entre os valles do Tejo e Douro”, no *Jornal da Sciencias Mathematicas e Physicas da Academia Real das Sciencias*, em 1869; *Descripção de alguns sílex e quartzites lascados, encontrados nas camadas dos terrenos terciários e quaternários das bacias do Tejo e Sado*, em 1871; *Relatorio acerca da 6.ª reunião do Congresso Internacional de Anthropologia Prehistorica, verificada na cidade de Bruxellas no mez de agosto de 1872*, em 1873; *Estudos prehistoricos*, em 1880. Para além da *Carta Geológica de Portugal* levantada pelos engenheiros Carlos Ribeiro e Joaquim Filippe Nery Delgado, em 1976. Foi ainda eleito deputado em 2 legislatura pelo círculo de Figueiró dos Vinhos. Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Legião de Honra, da Instrução Pública de França, Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de d’Aviz e de Carlos III de Espanha.

[Adolpho Loureiro, “Carlos Ribeiro”, *O Instituto*, XXX (1882):193- 205]

Diogo Pereira de Sampaio (21.10.1846 a 15.3.1927)

Filho de Adrião Pereira Forjaz de Sampaio nasceu em Coimbra em outubro de 1846. Bacharel de Matemática pela Universidade de Coimbra e engenheiro pela Escola do exército. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas sendo colocado na Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira, como chefe de secção, onde foi responsável pelo projeto de alteamento do dique do Mondego em dezembro de 1886 e do projeto de alargamento do Cais de Coimbra, cujas obras foram iniciadas em maio de 1888. Em novembro desse ano, por indicação do engenheiro Adolfo Loureiro foi destacado para conduzir as obras de construção da Rede de Abastecimento de Água a partir do Mondego, a cargo do Município, lugar que desempenhou até agosto de 1889, data em que foi destacado para a Direção de Fiscalização do caminho-de-ferro de Arganil. Ao serviço do município foi responsável por outros projetos para além da direção da construção da rede de

águas, como o *projeto do alargamento da rua do Quebra Costas* (1888) e o *projeto de alargamento da rua do Colégio Novo* (1888). Regressou ao serviço da 2ª Circunscrição Hidráulica.

[Lisboa: AHM, *Processo Individual*, p.83]

Eduardo Augusto Xavier da Cunha (09.02.1854- 28.09.1922)

Engenheiro militar, foi requisitado ao Ministério da Guerra em junho de 1886, sendo colocado na Direção de Obras Públicas da Guarda. A partir de janeiro do ano seguinte passou a acumular os trabalhos desta direção com a 1ª direção de caminho-de-ferro do norte do Mondego. Em agosto de 1888 pediu licença ilimitada para exercer a profissão de empreiteiro de estudos de estradas mas em novembro desse mesmo ano regressou ao serviço do ministério. Em dezembro de 1890 voltou a solicitar nova licença ilimitada com os mesmos argumentos, regressando à atividade em janeiro de 1891, sendo colocado no distrito da Guarda, sendo transferido pouco depois para a direção fiscal dos caminhos-de-ferro da Beira Alta e do ramal de Viseu. Em dezembro de 1892 regressou à Direção de Obras Públicas do Distrito da Guarda exercendo provisoriamente o cargo de diretor da referida direção, com nomeação definitiva em março de 1894, cargo que ocupou até novembro de 1906. Em abril de 1907 tomou posse como diretor da 2ª Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Em novembro de 1917 foi nomeado Diretor das Obras Públicas do Distrito de Coimbra cargo que ocupou até outubro de 1919. Em março de 1920 foi nomeado Diretor dos Serviços Hidráulicos. Foi também eleito deputado em abril de 1890.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.51

Lisboa: AHM, *Processo Individual*, nº28]

Eduardo Belo Ferraz (1863-08-17- ?)

Desenhador da Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos a partir de janeiro de 1908. Foi o responsável por vários projetos de edifícios camarários, como o quartel para a Guarda Nacional Republicana, bem como pelo estudo de diversas estradas. Em 1899 acompanhou os estudos arqueológicos levados a cabo por António Augusto Gonçalves em Conimbriga e foi o responsável pelo desenho da primeira planta global das ruínas da cidade romana.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.60]

Estevão Eduardo Augusto de Parada e Silva Leitão (1844- 13.11.1906)

Filho de Luiz Augusto de Parada e Silva Leitão, engenheiro civil e Professor da Escola Politécnica e do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Estevão foi condutor de obras públicas na Direção de Obras de Coimbra e na do Porto. Foi responsável por um significativo número de projetos de edifícios no início do século XX no Porto.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.87]

Étienne de Gröer (04.01.1882-30.05.1974)

Arquiteto, nascido na Polónia, diplomado pela Escola de Belas-Artes de São Petersburgo em 1917, começou a trabalhar como arquiteto na Câmara Municipal dessa cidade, neste cargo participou no plano de Petrogrado e na definição da sua legislação de suporte à intervenção. Depois de uma curta passagem pela Finlândia, em 1920 estabeleceu-se em França, inicialmente em Peronne, uma cidade do norte muito afetada pela I Grande Guerra. Começou a trabalhar no atelier Lebègue & Benard, que tinha a particularidade de ser dirigido a partir de Paris, por Henri Moreau. Mais tarde conheceu Alfred Agache com quem passou a colaborar assiduamente, nomeadamente no Plano do Rio de Janeiro entre 1927 e 1930. Durante sete anos elaborou doze “Planos de embelezamento e extensão.” Colaborou com vários arquitetos elaborando um conjunto muito significativo de planos, recebendo com J. M. Aubertin o primeiro prémio no concurso para o Plano de Belgrado de 1924. Em 1930 tornou-se membro da Sociedade Francesa de Urbanistas. Trabalhou também na Tunísia onde foi responsável por alguns projetos de edifícios e pelo Plano de extensão da vila de Kairouan em 1936. A partir de 1930 começou a escrever sobre urbanismo e em 1937 foi nomeado professor convidado do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Participou também em vários encontros internacionais como o *Congresso Internacional de Urbanismo das Colónias e nos Países de Latitudes Intertropicais* que decorreu em outubro de 1931. Entretanto começou a trabalhar em Portugal, com Agache no *Estudo preliminar de urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e a Cascais* e pouco depois por interferência também do arquiteto João Faria da Costa seu antigo aluno no Instituto de Urbanismo de Paris, foi convidado por Duarte Pacheco a elaborar o *Plano da Costa do Sol*. Depois da invasão da França pela Alemanha De Groer mudou-se para Portugal onde permaneceu até 1951, elaborando diversos planos de urbanização nomeadamente de Abrantes, Almada, Alfeite, Beja, Braga, Cacilhas, Coimbra, Corroios, Costa da Caparica, Cova da Piedade, Évora, Mutela, Vila Nova, Moscavide, Vila Franca de Xira, Pragal, Sintra, Trafaria, Lisboa e Costa do Sol. Entre 1938 e 1940 foi contratado pela Câmara Municipal de Lisboa como urbanista técnico da Câmara. Defensor das ideias da “cidade-jardim” mas não como um modelo rígido, antes pelos seus princípios. As suas preocupações centram-se na redução da densidade populacional e na criação de redes de infraestruturas de águas e saneamento para melhorar a salubridade dos edifícios. Teve um papel fundamental para o desenvolvimento do urbanismo português.

[José Santiago Faria, “Étienne de Gröer urbaniste à la Ville de Coimbra.” (tese de doutoramento, Paris, Universidade de Sorbonne, 2000)2.1-2.15;

Lusitano dos Santos, “Étienne de Gröer: Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português dos Anos 40”, *Munda: revista do Grupo de Arqueologia e Arte de Coimbra*, nº 2, (Nov. 1981), 80]

Fortunato Augusto da Silveira Freire Themudo de Vera (08.04.1843-13.11.1906)

Natural de Cacia, Aveiro. Frequentou o Liceu de Coimbra e o Curso de Matemática e de Filosofia da Universidade de Coimbra, ingressando depois na Escola do Exército. Foi nomeado 1º engenheiro da Repartição Distrital de Obras Públicas de Coimbra em 1881, onde foi responsável pelo *projeto do matadouro municipal* para os terrenos junto ao Porto dos Lázarus (1882). Na sequência da extinção destas repartições passou para a Direção de Obras Públicas do distrito em outubro de 1886. Em maio de 1891 foi nomeado chefe da Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra, cargo que já tinha desempenhado interinamente entre março de 1890 e abril de 1891. Em julho de

1891 foi nomeado inspetor da 2ª Circunscrição Industrial tendo deixado a Direção de Obras Públicas de Coimbra, mas mantendo a residência na cidade. Em outubro 1901 foi nomeado chefe da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos e Industriais.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*]

Francisco Maria da Gama Lobo Sepúlveda (14.09.1833 - ?)

Natural de Lisboa formou-se na Escola do Exército. Foi colocado na Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra entre agosto de 1865 e março de 1866.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx. 156]

Gilberto António Rola Júnior (?- 1880)

Concluiu a escola do exército em agosto de 1838. Esteve ao serviço da Companhia das Obras Públicas de Portugal desde 1845 até à sua extinção, em 1850, sendo responsável pelas obras no leito do rio Alfeizerão. Entrou ao serviço das Obras Públicas do Distrito de Leiria em 1850 mas em consequência dos acontecimentos políticos do ano seguinte deixou esta direção. Voltou para o serviço do Estado, no então criado Ministério das Obras Públicas em 1854 e, entre 1856 e 1858 esteve ao serviço da empresa do abastecimento de águas de Lisboa. Foi Diretor das Obras Públicas do Distrito de Coimbra entre 1863 e setembro de 1864. Durante a Patuleia foi um apoiante dos setembristas e foi o autor do folheto *A situação e o parlamento*, em 1862.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx. 145]

Maria Eugénia Mata, *A Companhia das Obras Públicas de Portugal*, Working papers nº 186 (Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Economia, 1992),8]

Hans Dickels (1859- ?)

Natural de Sternberg na Morávia concluiu o curso de arquitetura na Escola Superior Technische Hochschule de Viena em 1883. Frequentou também a Escola de Arquitetura do Barão Schimidt. Trabalhou no Atelier de Construções Civis Maynder em Viena e em março de 1885 começou a trabalhar no Departamento de Construções da Universidade Técnica de Graz. Fez parte do grupo de professores estrangeiros contratados em 1889 para as Escolas Industriais de Desenho, desempenhando o cargo de professor de desenho da Escola Industrial Brotero entre 1889 e 1896. Para além da docência foi o projetista de vários edifícios em Coimbra, tanto edifícios particulares como municipais, entre os primeiros refira-se o edifício nº37 da Avenida Alexandre Herculano e entre os segundos refira-se o edifício da Inspeção de Incêndios. Foi contratado pela Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro de 1891 a junho de 1893 para a aprovação dos projetos particulares.

[Fernando Simões Rigueiro, "Quinta de Santa Cruz, no final do século XIX" (Prova final de licenciatura, Coimbra, Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, 1998)

António Matoso Martinho, "Professores Estrangeiros ao serviço da Escola Industrial Brotero (1888-1911)", *Educação e Tecnologia, Revista do Instituto Politécnico da Guarda*, nº20 (1997), 37-38]

Henrique Fernandes Ruas (1890-1958)

Engenheiro Civil e de Minas pela Escola do Exército. Entrou ao serviço da 2ª Secção dos Serviços Fluviais e Marítimos em dezembro de 1913. Entre abril e novembro de 1916 foi destacado para o serviço da Companhia da Engenharia dos Caminhos de Ferro de Cascais, reassumindo logo depois as antigas funções. A partir de 30 julho de 1921 foi nomeado Diretor das Obras do Porto e Barra da Figueira, acumulando com os serviços de chefe da Secção Hidráulica da Figueira da Foz. Foi depois promovido a diretor da Direção Hidráulica do Mondego, cargo que desempenhou até 1943. Neste ano presidiu à comissão incumbida do estudo das medidas tendentes a evitar a poluição das águas públicas e foi promovido em maio vogal do Conselho Superior de Obras Públicas.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx. 147]

Inácio Teixeira Meneses (?-?)

Engenheiro militar, ao serviço do Ministério da Guerra foi responsável pelo levantamento dos castelos de Guimarães, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, para além de obras em vários quarteis, como o de Amarante e o de Santana em Coimbra. Foi, a pedido de Francisco Martins Sarmiento, responsável pela reconstrução da galeria superior do claustro medieval do Convento de S. Domingos de Guimarães, em 1889. Em Coimbra foi nomeado presidente da Comissão de Melhoramentos incumbida de indicar o alinhamento do novo edifício do Banco de Portugal.

[Lisboa: AHM, Inácio Teixeira Meneses, entre outros os desenhos: "Planta do castelo de Guimarães e dos terrenos adjacentes", 1895 e "Planta do castello da Povoia do Varzim e dos terrenos que pretendem alugar ou comprar Francisco Andrade Nunes e Luiz Francisco Gomes, que estão compreendidos na explanada do castello", 1890 e "Esboço da planta do forte de Villa do Conde e da sua explanada", 1893 e "Quartel d'Amarante: planta do terreno desde a ponte até ao quartel", 1896 e "Projecto de um deposito de fardamento na Grande Circunscricção Militar do Centro, no edificio do extincto Convento de Sant'Anna em Coimbra", 1904.

<http://araduca.blogspot.pt/2013/08/efemeride-do-dia-o-claustro-de-s.html>]

Inácio Freire Pegado de Andrade Castel-Branco (30.05.1851-?)

Chefe de conservação, com habilitações em geometria. Entre janeiro de 1884 e setembro de 1886 trabalhou na Repartição de Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Depois de extinta esta repartição foi admitido na Direcção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra em março de 1890, conservando-se como chefe de conservação até dezembro de 1919. Em abril do ano seguinte foi-lhe concedida a aposentação por motivo de doença.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 36]

João da Costa Couraça (01. 01. 1855- 10. 08. 1919)

Formado em Engenharia Civil pela Escola do Exército, entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria em março de 1878, tendo sido colocado na Direção de Obras Públicas de Coimbra em maio desse mesmo ano. Em dezembro de 1880 foi transferido para a Direção de Obras do Mondego. Em 1883 foi transferido para a Direção de Obras do Tejo onde esteve muito pouco tempo, tendo passado para a comissão dos faróis em julho seguinte. Em agosto de 1886 foi colocado na Direção de Obras Públicas de Lisboa, mas em janeiro seguinte foi requisitado para a 2ª Direção de Estradas de Caminho-de-ferro ao Norte do Mondego até novembro de 1888. Em 1890 pediu licença para trabalhar para a Companhia Nacional de Construções, encarregada de construir o porto artificial da Horta e em abril de 1892 foi nomeado inspetor da 3ª Circunscrição Industrial. Em março de 1896 foi nomeado para a Inspeção das Obras de Construção e Exploração do Porto de Lisboa. Foi nomeado chefe da 1ª Repartição da Direção dos Serviços de Obras Públicas em fevereiro de 1897 e no ano seguinte fez parte da comissão encarregada de elaborar o projeto para a construção de um edifício para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Entre agosto de 1898 e dezembro de 1911 ocupou o lugar Chefe da Repartição de Obras Públicas da Direção-geral de Obras Públicas. Fez parte da Comissão criada pela portaria de 10 de novembro de 1899 encarregada de proceder à revisão das cláusulas e condições gerais de empreitadas de obras públicas e à comissão criada pela portaria de 20 do mesmo mês para a revisão do *regulamento dos serviços de estradas, edificios públicos e obras especiais*, bem como às *disposições relativas ao estudo e construção de obras, conservação, arborização e policia das estradas, rios e canais*. A partir de novembro de 1901 fez parte do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas e a partir de 1911 passou a vogal secretario do referido conselho. Em março de 1913 fez parte da comissão de definição de uma nova classificação de estradas. Como técnico e, para além dos projetos desenvolvidos dentro das direções a que pertenceu foi, em conjunto com José Cecílio da Costa, responsável pelo projeto vencedor do concurso para o esgoto e saneamento da cidade de Coimbra em 1893.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 48]

João José Pereira Dias (05.03.1852- 21.04.1933)

Entrou como voluntario no Regimento de Infantaria nº 5, em agosto de 1868. Depois de ter concluído o curso de Engenharia Militar na Escola do Exercito, começou a trabalhar no Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, em junho de 1878. Foi colocado nos estudos do caminho-de-ferro do Douro até que em outubro de 1879 foi transferido para a Direção de Obras Públicas de Viana do Castelo, cuja direção assumiu em julho 1884. Entre março de 1885 e fevereiro de 1886 foi colocado na Direção de Obras Públicas de Braga tendo depois sido transferido para a Direção de Obras Públicas do distrito do Porto até que, em abril de 1886, foi nomeado chefe da 2ª divisão dos estaleiros dos estudos do caminho-de-ferro de Chaves a Viseu, sendo transferido em fevereiro de 1887 para chefe de divisão da 1ª Direção de Estudos dos Caminhos-de-ferro do Norte do Mondego. A partir de julho de 1888 foi nomeado Diretor das Obras Públicas de Coimbra, sendo também encarregado da fiscalização do caminho-de-ferro de Foz-Tua a Mirandela. Depois de um breve período entre setembro e dezembro de 1890 em que esteve ao serviço do Ministério da Guerra, foi colocado como diretor da Fiscalização do Caminho-de-ferro de Foz-Tua a Mirandela. A partir de março de 1891 depois de extinta esta fiscalização foi colocado na Direção de Obras da Barra do Douro e da Fiscalização da Construção do Porto artificial de Leixões. Mas a partir de julho desse mesmo ano passou a Diretor da Direção de Obras Públicas do distrito de Bragança. Entre dezembro de 1892 e fevereiro de 1893 serviu na 2ª Circunscrição Hidráulica sendo colocado

provisoriamente na Fiscalização do Porto artificial de Leixões. Fez ainda parte da comissão de avaliação dos prédios rústicos e urbanos no distrito do Porto e da comissão incumbida de vistoriar a Ponte da Roda na estrada distrital nº 91. Em 1896 foi louvado pelos trabalhos no Porto de Leixões e no ano seguinte foi nomeado diretor adjunto da 2ª Circunscrição Hidráulica e chefe de secção das obras do Porto de Leixões.

[Lisboa: AHM, *Processo Individual*,
Lisboa: AHMOP, *Processo Individual* Cx 54]

João Maria de Abreu e Mota (10.07.1828 - 23.05.1903)

Assentou praça em setembro de 1848 na mesma data em que começou a frequentar a Escola Politécnica completando o curso do Estado-maior da escola do Exército em 1855. A partir de janeiro 1859 entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria, colocado na Direção de Obras Públicas do distrito do Porto. Serviu depois na Direção de Obras Públicas de Braga, onde foi responsável pelo *projeto de alargamento da ponte de Barcelos* em 1886 e onde elaborou o *projeto da Ponte de Fão*. Entre 1878 e 1888 foi encarregado da Direção de Obras Públicas de Coimbra, onde foi responsável pelo *projeto da estrada de Coimbra à Figueira da Foz*. A partir de 13 de maio de 1890 foi Diretor das Obras Públicas do distrito de Leiria. Comendador da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz por decreto de 12 janeiro de 1895. Reformado do Corpo de Estado-maior a 13 junho de 1896.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 112.
Lisboa: AHM, *Processo Individual*.
Fundação Calouste Gulbenkian, *Arquitetura de engenheiros: séculos XIX e XX. Catálogo da Participação Portuguesa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980)]

João Theophilo da Costa Goes (1849 - 02.03.1912)

Engenheiro Militar pela Escola do Exército. Trabalhou na Repartição Distrital das Obras Públicas de Coimbra, depois de extinta esta repartição, foi colocado na Direção Distrital das Obras Públicas em agosto de 1886. Nesta direção, a 10 de abril de 1897 foi encarregado de substituir o engenheiro diretor, António Frazão, mas a 5 agosto desse mesmo ano, depois de criada a Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, foi nomeado chefe da Secção de Coimbra, cargo que desempenhou até à extinção desta direção no ano seguinte, retomando o cargo de chefe de secção na Direção Distrital das Obras Públicas. Foi transferido para os Serviços do Mondego e Barra da Figueira em julho de 1899, no entanto, a carência de técnicos exigiu que entre setembro de 1901 e fevereiro de 1902 acumulasse os trabalhos deste serviço com trabalhos da Direção de Obras Públicas do distrito de Coimbra e a partir de junho de 1902 com trabalhos de chefe de secção da Direção de Obras Públicas de Leiria. Entre julho de 1905 e fevereiro de 1909 foi nomeado diretor interino da Direção de Obras Públicas do distrito de Coimbra, assumindo definitivamente a direção em fevereiro de 1909.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 75
Lisboa: ATT/ Ministério das Obras Públicas. Maço 447]

João Ribeiro da Silva Araújo (?-19.07.1865)

Ingressou no Corpo de Engenheiros em 1835, ao mesmo tempo que frequentava o segundo ano de Matemática da Universidade de Coimbra. Concluiu o curso de Matemática da Universidade de Coimbra em agosto de 1840 e ingressou na Escola do Exército, tornando-se instrutor da Guarda Nacional de Coimbra a partir de 1841. Em outubro de 1843 foi nomeado para coadjuvar Agostinho José Pinto d'Almeida na comissão de trabalhos preliminares sobre o melhoramento das estradas do distrito de Coimbra. A partir de 1852 assumiu a Direção das Obras Públicas do distrito de Coimbra e Mondego, cargo que desempenhou até 1863.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 10]

Joaquim António Velez Barreiros (25.11.1802- 01.10.1865)

Frequentou o Real Colégio Militar, onde concluiu o curso em dezembro de 1820. Juntou-se à causa liberal em 1827, participando nas ações levadas a cabo na ilha da Terceira e nas tomadas das ilhas do Pico, S. Jorge, Faial e S. Miguel. Acompanhou o exército libertador que desembarcou nas praias do Mindelo e durante o cerco do Porto. Depois da paz conseguida em Évora Monte foi enviado para Espanha como comissionado do governo Português no exército de Isabel II, onde permaneceu até 1837. Entre 1840 e dezembro de 1843 esteve em Londres, regressado a Portugal assumiu o cargo de Inspetor-Geral das Obras Públicas do Reino. Durante a revolução de 1846 assumiu o seu posto militar e foi promovido a brigadeiro. Recebeu o título de barão pelo decreto de 23 de janeiro de 1847. Entre agosto e dezembro de 1847 foi encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros e, depois da Regeneração foi nomeado Ministro Interino do Reino, Negócio Estrangeiros e Marinha, passando depois do regresso de Saldanha a Lisboa a exercer funções de Chefe de Estado-maior do Comando e de Diretor Geral das Obras Públicas. Foi eleito Par do Reino em 1853 e ano seguinte a 16 de junho recebeu o título de Visconde de Nossa Senhora da Luz. Entre 1 e 22 de maio de 1851 foi novamente Ministro do Reino, do Negócio Estrangeiros e Marinha e entre de 1 de Maio a 4 de Julho de 1860 foi Ministro da Guerra.

[João Manuel Esteves Pereira, *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume V (Lisboa: João Romano Torres Editores, 1911), 124-125. Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 15]

Joaquim Botelho de Lucena (15.05.1831-13.05.1903)

Pai do engenheiro Jorge Lucena. Engenheiro militar. Foi diretor das Obras Públicas dos distritos de Vila Real, de Castelo Branco e Aveiro. Fez parte da Junta Central dos Melhoramentos Sanitários. Foi diretor da 2ª Circunscrição Hidráulica, Vouga, Mondego e Liz, pelo menos entre julho de 1890 e 1898, data em que foi nomeado diretor interino dos estudos da nova rede de estradas distritais e municipais.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 93
Lisboa: AHM, *Processos Individuais*, p.40]

Joaquim Maria Monteiro de Figueiredo (?-?)

Condutor de Obras Públicas colocado ao serviço da Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra em 1880. Foi contratado em maio de 1893 para Chefe da Repartição de Obras da Câmara Municipal de Coimbra, cargo que desempenhou até março de 1903. Durante este período foi responsável por vários projetos, como o *projeto de aformoseamento do largo do Príncipe D. Carlos* (1894) *projeto da rua pelo Cerco dos Jesuítas* (1899) (atual Padre António Vieira) e o *projeto para a nova rua para Montarroio* (1899) (atual rua da Manutenção Militar), a sua saída da repartição municipal ficou a dever-se a um conflito com o presidente Manuel Dias da Silva, na sequência das obras de construção do Posto de Desinfecção Municipal. Em 1903 reingressou na Direção de Obras do Distrito onde trabalhou até 1918, quando foi contratado como chefe de obras do Hospital da Universidade.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 15

Joaquim Maria Monteiro Figueiredo, *Ao Público- A camara municipal de Coimbra e o ex-chefe da sua repartição de obras*. Coimbra: s/e, 1903.]

Jorge Lucena (08.04.1866- 13.04.1928)

Concluiu os cursos de Engenharia Civil e de Fortificações da Escola do Exército em dezembro de 1888. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em janeiro de 1889 na secção de estudos do Porto de Lisboa da 3ª Circunscrição Hidráulica. Foi transferido para a Direção de Obras Públicas do distrito de Coimbra em junho de 1890 onde permaneceu até 1917. A partir de novembro de 1899 desempenhou cumulativamente funções na Escola Nacional de Agricultura. Foi ainda Diretor das Obras Públicas do distrito de Bragança e entre outubro e novembro de 1917 assumiu a Direção de Obras Públicas do distrito de Coimbra, sendo nomeado nesta data diretor da 2ª Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Em julho de 1927 foi promovido a Inspetor do quadro técnico das Obras Públicas.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx. 93]

José Alves Faria (? - ?)

Condutor de Obras Públicas, entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria em 1856, na Direção de obras Públicas do Distrito de Coimbra. Em 1863 o município de Coimbra, carecendo de um técnico para a direção dos vários trabalhos da sua responsabilidade solicitou a sua dispensa ao Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria e nomeou-o Chefe da Repartição de Obras Municipal. Neste cargo foi responsável por um conjunto de projetos, nomeadamente o alargamento da rua Joaquim António d' Aguiar (1964), um conjunto de alinhamentos e foi nomeado pelo decreto de 27 de maio de 1865 membro da comissão de melhoramentos constituída de acordo com o §1.º do artigo 52.º do decreto de 31 de dezembro de 1864.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx. 58

Coimbra: AHMC, *Funcionários Municipais. 1851-1875*, fl. 120]

José Cecílio da Costa (09.03.1844- 1917)

Engenheiro Militar pela Escola do Exército. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria em dezembro de 1872, na Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira. Entre maio de 1875 e junho de 1876 foi requisitado para servir nos estudos do Caminho de Ferro do Algarve. Entre agosto de 1878 e janeiro de 1881 para além dos trabalhos da Direção de Obras do Mondego, colaborou com o município de Coimbra, como Engenheiro Municipal. Dirigiu a Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira, entre abril de 1883 e agosto de 1884, substituindo o engenheiro Adolpho Loureiro deslocado em missão para Macau. Em junho de 1886 foi transferido para as Obras do Porto de Lisboa, regressando em maio de 1887 à Direção do Mondego, até ser transferido para a 3ª Circunscrição Hidráulica em outubro do ano seguinte. Em 1891 foi nomeado para a comissão encarregada de examinar o *projeto e contrato das obras e melhoramentos do Porto de Lisboa* e no ano seguinte em abril foi nomeado Diretor das Obras Públicas do distrito de Lisboa. A partir de setembro de 1893 foi nomeado Diretor da Construção das Obras do Porto de Lisboa. Foi chefe de serviço da 1ª Brigada de Estudos Hidráulicos (Sul) e a partir de janeiro de 1900 diretor da Direção Hidráulica e Agrícola e Fluvial. Em janeiro de 1910 foi promovido a Inspetor da Direção-Geral das Obras Públicas e no mês seguinte nomeado vogal do Conselho Superior das Obras Públicas e Minas. Foi ainda encarregado da Inspeção Ordinária Permanente das Obras Hidráulicas a partir de julho de 1911. Para além destes cargos fez parte de várias comissões: em 1892 da comissão que vistoriou as margens do rio Mondego, em 1893 da comissão encarregada de propor a reorganização dos Serviços dos Edifícios Públicos e Faróis e 1907 fez parte da comissão encarregada da elaboração de um *Regulamento para a Contabilidade das Obras Públicas*. Para além de ter sido responsável pelos *estudos da linha férrea de Évora a Ponte de Sor*, em 1888 do *projeto para uma ponte metálica a ligar a Figueira à margem esquerda do Mondego*. Foi um dos responsáveis pelo *projeto de esgoto e saneamento da cidade de Coimbra*.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 46

Lisboa: AHM, *Processos Individuais*, nº14]

José Celestino Regala (?-?)

Engenheiro militar, colocado ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria na Junta Administrativa das Obras da Barra e Ria de Aveiro entre 1914 e 1915. Colocado depois ao serviço do Ministério da Guerra, prestou serviço em Viseu, Nelas, Figueira da Foz e Coimbra. A partir de maio de 1925 foi contratado para chefe da Repartição de Obras Municipal de Coimbra e entre 1938 e 1942 foi Comandante dos Bombeiros Municipais. Comandante da Escola Prática de Engenharia entre 1832 e 1833.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 138

Lisboa: AHM, *Processos Individuais*]

José Diogo Mascarenhas Neto (18.02.1752- 1824)

Formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Em 1786 foi nomeado Corregedor de Guimarães onde tomou contacto com a construção da estrada desta cidade ao Porto e a partir da qual se começou a interessar pela construção de estradas. Em 1788 foi encarregado da direção da construção da estrada Lisboa – Coimbra, cuja experiência conduziu em 1790 à obra *Methodo para construir estradas de Portugal*, onde apresentava detalhadamente as principais normas de construção

e conservação de estradas e os meios de financiamento. De destacar os conhecimentos técnicos expostos e a referência aos exemplos de Inglaterra e da Escócia, demonstrando um profundo conhecimento das experiências que na época se faziam nos outros países europeus. Na sequência do seu empenho na construção da estrada Lisboa-Coimbra foi nomeado a 14 de abril de 1791 Superintendente Geral das Estradas do Reino cargo que desempenhou até ter sido nomeado em 1794 desembargador do Tribunal da Relação do Porto. A 20 de janeiro de 1799, quatro meses depois de ter sido inaugurado o primeiro serviço de diligências entre Lisboa e Coimbra (17 de setembro de 1798), foi nomeado Superintendente Geral dos Correios e Postas do Reino, em grande medida pela obra: *Instrução para o estabelecimento das diligências entre Lisboa e Coimbra*. Deve-se a Mascarenhas Neto alguns documentos fundamentais para a organização do serviço do correio a nível nacional, como o *Regulamento Provisional para o Novo Estabelecimento do Correio* que foi promulgado em 1 de abril de 1799 pelo Ministro e Secretário de Estado Luís Pinto de Sousa, bem como a *Regulação da Pequena Posta* de 7 de maio de 1800. Em 16 de janeiro de 1805, foi exonerado do cargo. Antes tinha já sido elevado a Desembargador da Casa da Suplicação e Senado da Câmara de Lisboa. Em 1810 foi preso e exilado pelas suas ideias Liberais. Em França criou, com Cândido José Xavier e Francisco Solano Constâncio a publicação *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque foi seu genro.

[Fernando Moura, "José Diogo Mascarenhas Neto. O Homem da Mudança", *Códice*, nº 2 (2005): 20-33

Magda Pinheiro, *Luis da Silva Mouzinho de Albuquerque. Um Intelectual na Revolução* (Lisboa: Editora Quetzal, 1992)

Franklin Guerra, *Historia da Engenharia em Portugal*, (Porto: Publindústria, 2010), 166]

José Emídio Pinheiro Borges (??-03.01.1906)

Engenheiro pela Escola do Exército. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1881, na Direção dos Serviços Geodésicos participando nos trabalhos de levantamento da Carta Corográfica de Portugal à escala 1: 100 000, nomeadamente nas regiões de Faro e de Vila Real. Entre dezembro de 1882 e julho de 1885 esteve ao serviço do Ministério da Guerra. Foi depois colocado na Direção de Obras do Tejo. Em 21 de julho de 1886, foi nomeado Diretor de Obras Públicas do Distrito de Faro onde fez parte da comissão encarregada proceder à prova da ponte sobre o ribeiro da Quarteira. Transferido, em agosto de 1888, para o cargo de Diretor das Obras Públicas do Distrito de Santarém mas, entre janeiro de 1890 e maio de 1891 esteve afastado desta direção, com licença para trabalhar como empreiteiro de estradas. Regressou depois à Direção das Obras Públicas de Santarém onde permaneceu até ser nomeado chefe da 5ª secção da 1ª Circunscrição Hidráulica em maio de 1898. Mais tarde foi encarregado dos trabalhos da 4ª secção da Direção Fiscal de Construção e Exploração do Porto de Lisboa e entre janeiro e outubro de 1900 foi colocado na Direção de Hidráulica Agrícola e Fluvial, sendo depois requisitado para uma comissão no Ministério do Reino. Nomeado Diretor das Obras Públicas do Distrito de Coimbra em agosto de 1901, cargo que exerceu até 11 de julho de 1903. Em outubro desse mesmo ano foi nomeado interinamente para o cargo de secretário da comissão de verificação de resistências das pontes e construções metálicas.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 20]

José Lopes das Neves (?- 21.04.1915)

Condutor de Obras Públicas prestou serviço no Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, em várias direções de Obras Públicas distritais e na 2ª Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Foi ainda responsável por projetos para os municípios de Póvoa do Varzim e de Coimbra. Nomeadamente pelo *projeto da rua da Serra* e o do *projeto da nova rua entre a Estrada distrital nº 7 e a rua do Ramalho* em Póvoa do Varzim (1894). Em Coimbra foi autor do *projeto do arruamento entre o mercado e a rua das Figueirinhas* (1902), *projeto da rua do Largo de Santana ao Penedo da Saudade* (1903), para além dos arruamentos do Bairro da Cumeada, nomeadamente a rua nº 5 em 1915.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 115]

José de Oliveira Garção e Carvalho Campello de Andrade (29.06.1849- ?)

Engenheiro pela Escola do Exército. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas em junho de 1875 encarregado de participar nos Estudos do Caminho de Ferro da Beira Alta. Em maio de 1877 foi transferido para a Direção de Obras do Distrito de Lisboa, encarregado das obras da Penitenciária. Entre julho de 1879 e novembro desse mesmo ano assumiu a Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra, sendo depois transferido novamente para a Direção de Obras de Lisboa.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 8]

José de Macedo Araújo Júnior

Concluiu o curso de Engenharia de Pontes e Estradas da Academia Politécnica do Porto em 7 de janeiro de 1860. Entre abril de 1880 e abril de 1881 foi Diretor das Obras Públicas do Distrito de Coimbra. Foi depois para o Porto onde participou em variadas obras, sendo responsável pelo *projeto da lanterna do cruzeiro da Igreja da Trindade* no Porto, construída em tijolo entre setembro de 1884 e 1887 e pela *Capela dos Pestanas* construída entre 1878 e 1888. Para além de ter participado no *projeto do Palácio da Bolsa* do Porto em 1883 e ter fiscalizado a construção da ponte D. Luís inaugurada em maio de 1886.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 10]

José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos arquitetos no activo em Portugal do século I à atualidade* (Porto: Edições Afrontamento, 1994), 57]

José Saraiva Vieira de Campos (30.06.1893 – 07.09.1975)

Nasceu em Aveiro e, depois ter feito os preparatórios na recém-formada Faculdade de Ciências de Coimbra formou-se em Engenharia Civil. Em fevereiro de 1927 entrou ao serviço da Administração Geral dos serviços Hidráulicos, sendo colocado na Direção Hidráulica do Mondego. Em 1930 fez

parte da comissão nomeada pelo município coimbrão para analisar as bases do concurso para o levantamento da planta topográfica da cidade pelos novos métodos da aerofotogrametria.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 28]

José de Tavares de Moraes Cunha Cabral (20. 10.1859-05. 06.1946)

Bacharel de Matemática pela Universidade de Coimbra concluiu o curso de Engenharia na Escola do Exército em 1892. Nesse mesmo ano começou a servir na Direção de Obras Públicas de Viseu. No ano seguinte foi nomeado para a comissão de avaliação de prédios do distrito da Horta e depois em função idêntica no distrito da Guarda. Em dezembro de 1898 foi nomeado Diretor das Obras Públicas de Viseu, lugar que ocupou até 1907 quando foi transferido para a Direção de Obras Públicas de Coimbra. Onze anos depois, em 1918 foi transferido para a 2ª Direção de Serviços Fluviais e Marítimos onde serviu até se reformar em abril de 1926.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 25]

Justino Marques de Oliveira (24.10.1846 – 04.01.1906)

Nasceu em Vila Nova de Gaia e completou o curso de Engenharia de Minas da Academia Politécnica do Porto a 13 de março de 1876. Nesse mesmo ano foi encarregado da fiscalização da construção da Linha do Minho. Participou nos estudos da Linha da Beira Baixa e na direção do caminho-de-ferro do Douro. Em janeiro de 1894 foi colocado na 2ª Circunscrição Hidráulica, com sede no Porto sendo encarregado dois anos depois, de participar nos estudos para as obras do Porto de Leixões. Em 1901 foi nomeado Diretor de Obras Públicas de Évora por um curto período de quatro meses, sendo logo transferido para os Serviços do Mondego e Barra da Figueira. No ano seguinte ainda foi encarregado por seis meses da Direção de Obras Públicas do Distrito de Bragança mas em julho de 1902 foi nomeado Diretor da 2ª Circunscrição dos Serviços Fluviais e Marítimos.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx. 119]

Leonardo de Castro Freire (17.05.1855 – 10.06.1907)

Engenheiro pela Escola do Exército foi requisitado ao Ministério da Guerra em Outubro de 1882, para ser colocado na Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira. Foi nomeado Diretor das Obras Públicas de Aveiro em julho de 1891, em setembro do ano seguinte 1892 foi colocado na 2ª Circunscrição Hidráulica com sede no Porto. No início de 1894 foi nomeado vogal da comissão Regional de Agricultura com sede Coimbra e fez parte da comissão encarregada de proceder à inspeção das oficinas do minério extraído das minas de Braba-alhos. Em outubro de 1898 foi nomeado chefe de Serviço dos Estudos das Obras do Mondego e Barra da Figueira cargo que desempenhou até em julho de 1901, mas depois de reorganizados estes serviços em outubro de 1901, foi nomeado Diretor da 2ª Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Entre março de 1902 e

outubro de 1903 foi Diretor das Obras Públicas do Distrito de Santarém, assumindo depois o cargo de chefe de divisão da Direção Fiscal de Exploração dos Caminhos de Ferro. Fez ainda parte da Direção das Construções e Reparações mais Urgentes de Caminhos Vicinais na Região Vinhateira do Douro. A partir de novembro de 1906 foi encarregado da 1ª Direção de Obras Públicas de Lisboa.

[Lisboa: AHMOP, *Processo Individual*, cx.70]

Luiz Benavente (1902-1992)

Arquiteto, formado pela Escola de Belas-Artes do Porto em 1930. Trabalhou no atelier de Pardal Monteiro, com Rodrigues Lima e Veloso Reis Camelo, colaborando em variados projetos, onde se destaca o *Instituto Superior Técnico*. Começou a trabalhar em Coimbra como delegado da Direção Geral dos Edifícios Nacionais ao serviço da Comissão Administrativa das Obras dos Hospitais da Universidade de Coimbra tendo projetado o *edifício das consultas externas*, construído entre 1930 e 1931, bem como a nova *Portaria*. Vinculado à Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Benavente iniciou um *projeto de reintegração e recuperação do Claustro da Manga*, integrou a comissão de recuperação do Museu Machado de Castro e depois da demolição da Igreja de S. Bento adossada ao Colégio com o mesmo nome, desenhou a nova fachada que ainda hoje compõe este edifício. Em 1934, e a pedido da Câmara Municipal, procedeu à elaboração do *Plano de Urbanização da cidade de Coimbra*. Nesse mesmo ano foi nomeado, juntamente com Raul Lino, para a elaboração de um *Plano de Remodelação da Cidade Universitária de Coimbra*. Ainda na década de 30, ao serviço do Ministério as Obras Públicas e Comunicações projetou o *Hospital Sobral Cid*.

[Ângelo da Fonseca, "Relatório da Direção", *Boletim dos Hospitais da Universidade de Coimbra*. III (1934): XLVI

Luís Benavente, "Biografia do Arquitecto Luís Benavente ao serviço da Nação", em *Luís Benavente - arquitecto*, coord. José Manuel Fernandes (Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997)]

Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque (16.06.1792-27.12.1846)

Sobrinho e genro de José Diogo Mascarenhas Neto. Frequentou a Real Academia de Marinha e completou o curso de Matemáticas em 1812. Começou a trabalhar como oficial engenheiro em 1813 no Observatório Real de Lisboa. Mas a partir de 1814 foi viver para o Fundão, dedicando-se à agricultura, casou-se dois anos depois. Em 1819 partiu para Paris onde o sogro permanecia exilado. Aqui aprofundou a sua formação científica e literária publicando um conjunto de artigos sobre agricultura e a indústria nos *Anaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, revista dirigida pelo sogro. Em 1822 fez uma viagem de estudo à Suíça. Depois da revolta da Vilafrancada em 1823, regressou a Portugal e foi nomeado por Palmela, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, provedor da Casa da Moeda, nesta altura ofereceu ao Parlamento as suas *Idéas sobre o estabelecimento da instrução publica, dedicadas á nação portuguesa, e offerecidas a seus representantes*. A partir de 1824 tornou-se sócio efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Fez parte da Comissão de Pesos e Medidas e em 1826 foi incumbido de coligir informações científicas sobre o Reino partindo para uma visita científica aos Açores. Em 1828 quando D. Miguel assumiu o governo estava em França

onde conheceu António José de Sousa Manoel de Menezes Severim de Noronha, conde de Vila Flor e futuro duque da Terceira de quem se tornou secretário. Participou então ativamente nas lutas liberais e participou no desembarque do Mindelo e no cerco do Porto. Assumiu depois por várias vezes o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Foi depois da Convenção de Évora-Monte, prefeito da Prefeitura do Funchal, lugar que ocupou por pouco mais de um ano. Foi nomeado Inspetor das Obras Públicas da Divisão do Centro, lugar que abandonou depois da Revolução de Setembro mas que retomou em 1839 depois de proclamada a Constituição Portuguesa de 1838. Em março de 1840 foi nomeado Inspetor-geral das Obras Públicas do Reino, cargo que desempenhou até 1843. Mais tarde voltou a ocupar a pasta do Reino e em 1846 assumiu, ainda que por muito curto espaço de tempo a pasta da Marinha. A revolta de outubro desse ano levou à demissão de todo o governo e desencadeou a guerra civil da Patuleia. Foi então promovido a Brigadeiro graduado do Real Corpo de Engenheiros e encarregado do comando da defesa do Castelo de Torres Vedras, onde acabou por perder a vida, em dezembro desse mesmo ano. Para além das obras referidas destaca-se um *Guia do engenheiro na construção das pontes de pedra* (1840), o compêndio *Curso elementar de Physica e de Chimica* (1824), *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela comissão enviada a mesma ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro de mesmo anno* (1826), *Observações para servirem à história geológica das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, com a descrição geognostica das mesmas ilhas*, (1837) e, numa primeira iniciativa nacional de recuperação do património arquitetónico, *Memória inédita acerca do edificio monumental da Batalha* (1854).

[“Joaquim Mouzinho de Albuquerque”, *O Conimbricense*, n.º 3975 e n.º 3976, de 26 e 29 de Setembro de 1885

Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, volume I, (Lisboa: Assembleia da República, 2005), 100–103]

Manuel Afonso de Espregueira (05.06.1835-28.12.1917)

Nasceu em Viana do Castelo, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, concluiu o curso de Infantaria e de Estado-maior da Escola do Exército. Começou a trabalhar em maio de 1857 na Direção de Obras Públicas do Minho, sendo nomeado para a Inspeção das Obras do Porto e Barra de Viana do Castelo. Em 1859 foi enviado em Missão ao estrangeiro para estudar a construção das vias férreas e ingressou na *École Imperiale des Ponts et Chaussées* de Paris. Regressou em janeiro de 1864, sendo incumbido de estudar o *projeto do porto artificial de Leixões e os melhoramentos da barra do Porto*. Nomeado Diretor das Obras da Barra da Figueira e encarregado do Melhoramento do Campo do Mondego, a 19 de dezembro de 1865, embora só tenha assumido o cargo depois de completar os trabalhos sobre a barra do Porto, em junho de 1866. A partir de outubro desse mesmo ano foi encarregado ainda da 1ª Divisão Hidráulica do Reino. Em fevereiro de 1872 deixou a Direção das Obras do Mondego e Barra da Figueira. Foi também Inspetor-geral da Junta Consultiva de Obras Públicas. Por decreto de 29 de julho de 1884 foi novamente mandado em visita de estudo à França, à Bélgica e Holanda, para estudar as estações marítimas para além dos caminhos-de-ferro. Foi encarregado, em conjunto com o engenheiro Adolfo Loureiro, de elaborar o plano definitivo para o acabamento das Obras do Porto e Barra da Figueira, pela portaria de 29 de dezembro de 1888. A partir de fevereiro de 1872 acumulou o serviço do ministério com o de Diretor-geral da Companhia Real dos Caminho-de-ferro Portugueses, cargo que ocupou até à sua morte e onde foi responsável pela resolução do atravessamento do rio Douro pela linha férrea. No campo político foi membro do Partido Progressista e deputado em várias legislaturas, sendo também presidente e vice-presidente da Assembleia, em 1890 e 1897 e em 1895

respetivamente. Foi nomeado Par do Reino a 4 de abril de 1905. Foi Ministro dos Negócios da Fazenda entre 18 de agosto de 1898 e 25 de junho de 1900, entre 20 de outubro de 1904 e 27 de dezembro de 1905 e novamente entre 4 de fevereiro de 1908 e 11 de abril de 1909. Foi condecorado com a Ordem de S. Bento de Avis, como comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, como oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra de França, como oficial da Imperial Ordem da Rosa do Brasil, com a Grã-Cruz da Ordem da Águia Vermelha da Alemanha, com a Ordem de Dannebrog da Dinamarca, com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar e como Comendador da Ordem de Carlos III. Publicou algumas obras importantes das quais destacamos *Memória sobre as Obras Executadas nos Campos do Mondego, desde 1 de Julho de 1866 a 31 de Outubro de 1870* publicado em 1871; *Memória Descritiva do Projecto de Um Porto de Abrigo em Leixões* em 1874; o relatório *Missão de Estudo ao Porto de Antuérpia* em 1886 e em 1897, *As Despesas Públicas e a Administração Financeira do Estado*, onde se manifestou contra o recurso ao crédito para saldar os défices orçamentais.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 57
 Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. II (Lisboa: Assembleia da República, 2005), 66-68]

Manuel de Gouveia Osório (?-14.12.1906)

Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, concluindo o curso de Engenharia na Escola do Exército. Ainda enquanto estudante começou a trabalhar na Direção de Obras Públicas do Distrito de Viseu, nomeadamente na direção da estrada de Viseu a Albergaria, em 1862. Em maio de 1867 foi colocado na Direção de Obras Públicas do Distrito de Coimbra onde ocupou o lugar de chefe de uma das duas secções do distrito. A partir de outubro de 1870 passou para a Direção-geral de Engenharia do Estado-Maior, assumindo em 1883 o comando desta direção. Foi ainda inspetor de engenharia da 2ª Divisão Militar e comandou o Regimento de Engenharia. Reformou-se em janeiro de 1895. Recebeu a ordem de S. Bento em março de 1872.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 120
 Lisboa: AHM, *Processos Individuais*, G/LM/A/03/16/0204]

Manuel José Esteves (?-26.06.1912)

Entrou para o serviço da Direção de Obras da Barra da Figueira em 1858, sendo promovido a apontador em 1868, servindo de condutor na construção da estrada da Figueira a Montemor. Em agosto de 1872 foi promovido a condutor auxiliar e em 1906 a condutor principal.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 57]

Manuel Maria Lopes Monteiro (?-18.12.1923)

Engenheiro de pontes e estradas e engenheiro de minas pela Academia Politécnica do Porto em setembro de 1884 e julho de 1884 respetivamente. Começou a trabalhar no Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1886, ao serviço da Circunscrição Hidráulica Vouga, Mondego e Liz de onde foi transferido para a Direção da Fiscalização dos Caminhos de Ferro de Foz- Tua a Mirandela, em dezembro de 1889.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 109]

Manuel Rodrigues Miranda Junior (?-?)

Concluiu o curso de Engenharia de Pontes e Estradas e de Engenharia de Minas da Academia Politécnica do Porto em outubro de 1873. Foi engenheiro subalterno da Repartição Distrital de Obras Públicas de Vila Real e a partir de julho de 1878 assumiu o mesmo cargo na Repartição Distrital de Obras Públicas de Coimbra. Mais tarde foi nomeado lente do Instituto Industrial e Comercial do Porto e no ano letivo de 1886/1887 foi também nomeado professor da Academia Politécnica do Porto onde foi responsável pelo desenvolvimento dos estudos de Metalurgia e Minas, evidenciando-se no desenvolvimento da Engenharia Química. Sempre interessado no desenvolvimento da Mineralogia, em 1883 visitou a Exposição Internacional Mineira de Madrid. Destacam-se as obras *Classificação e modos de formação dos jazigos metallíferos* (Porto: Magalhães & Moniz, 1885) e *A reforma do ensino industrial de 1891* (Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1891)

[Patrícia Costa, Helder Chaminé e Pedro Callapez, “As colecções de minas, metalurgia e mineralogia do antigo Instituto Industrial do Porto, Portugal”, *Atas do Scientiarum Historia II – Encontro Luso-Brasileiro de História das Ciências* (Aveiro: Universidade de Aveiro, s/d)].

Mathias Cipriano Pereira Heitor de Macedo (?- 15. 03. 1888)

Assentou praça em 25 de agosto de 1835, frequentou depois a Escola Politécnica e completou o curso da Escola do Exército em 1851. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1855, sendo colocado na direção do caminho-de-ferro de Leste e Norte, em maio de 1862. Diretor de Obras Públicas do distrito de Viseu em 1865, assumindo em 1870 a Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra, lugar que já ocupava interinamente desde março de 1866. Em 1878 foi nomeado chefe da Repartição de Obras Públicas do ministério e, em 1881, promovido a Diretor Geral das Obras Públicas e Minas, lugar que ocupou apenas um mês. Nomeado vogal da Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas em março de 1881, desde o início desse ano, era vogal da Comissão Consultiva de Defesa do Reino criada no Ministério da Guerra.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 94

Lisboa: AHM, *Processos Individuais*, G/LM/A-02/21/0010].

Miguel Leite Braga (11.10.1845 - ?)

Entrou ao serviço da Direção de Obras Públicas de Coimbra em junho de 1875 como apontador de 3ª classe, promovido no ano seguinte a apontador de 2ª classe. Em junho de 1889, depois de vários pedidos de promoção foi promovido a chefe de conservação, continuando ao serviço da Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra pelo menos até 1916.

[Lisboa: AHMOP, Processo Individual, cx. 21]

Paul Charles Lepierre (1867-1945)

Natural de Paris, concluiu o curso de Engenharia Química em julho de 1887 na *École de Physique et de Chimie Industrielles* de Paris. Trabalhou numa fábrica de açúcar de beterraba, no norte da França, a “Sucrerie de Clermont – les Formes” (Aisne). Em 1888 foi contratado pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria para lecionar no Instituto Industrial de Lisboa e para dirigir os trabalhos de Química Prática da Escola Politécnica de Lisboa. Em agosto do ano seguinte foi transferido para a alargada e então denominada Escola Industrial Brotero, de Coimbra, onde ficou responsável pelo novo Curso de Química. A partir de outubro de 1891 acumulou com o cargo de chefe dos trabalhos do Laboratório de Microbiologia da Universidade de Coimbra. Em 1905 foi nomeado pelo Presidente da Câmara de Coimbra, Marnoco e Sousa, Engenheiro Diretor dos Serviços Municipalizados de Gás, onde teve um papel fundamental quer na modernização da fábrica quer na opção pela gestão municipal, refira-se que uma das suas primeiras atribuições foi visitar algumas cidades da Suíça, da Alemanha, da Inglaterra e de França, para conhecer as vantagens e as desvantagens dos vários tipos de gestão aplicáveis aos serviços públicos urbanos. Foi aliás devido ao seu empenho e rigor nestes serviços que se gerou um conjunto de intrigas e polémicas na imprensa periódica de Coimbra que conduziu ao seu pedido de demissão em 1911. Neste ano abandonou também a Escola Industrial Brotero e o Laboratório de Microbiologia da Universidade partindo para Lisboa onde, a 3 de agosto, foi nomeado professor do novo Instituto Superior Técnico, onde lecionou Química Tecnológica, Análise Química e Química Orgânica. Foi docente do Instituto Superior Técnico até 12 de novembro de 1937. Foi ainda presidente da Société de l'École Française de Lisbonne e presidente da Société de Bienfaisance Française (Hôpital de S. Louis). Do seu trabalho nos serviços municipalizados destacamos os seus estudos expostos em: *Relatório sobre os Serviços Municipalizados do gaz. Apresentado em sessão da Câmara Municipal de Coimbra de 13 de julho de 1905* (Coimbra, 1905) *Relatório sobre o emprego do coke nas machinas elevadoras de águas. Apresentado em sessão da Câmara Municipal de Coimbra de 29 de julho de 1905* (Coimbra, 1905).

[António Matoso Martinho, “Professores Estrangeiros ao serviço da Escola Industrial Brotero (1888-1911)”, *Educação e Tecnologia, Revista do Instituto Politécnico da Guarda*, nº20 (1997), 37-38
Charles Lepierre, *Despedida (ao publico sensato de Coimbra)*, (Coimbra: Typographia França Amado, 1911)

<http://narq.tecnico.ulisboa.pt/narq-on-line/acervo-documental/paul-charles-lepierre-pcl/> (consultado a 03-11-2014)]

Paulo de Barros Pinto Osório (07.09.1848 -11.1920)

Bacharel em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra, engenheiro de pontes e estradas pela Academia Politécnica do Porto a partir de 29 julho de 1878. Entrou ao serviço da

Direção de Obras Públicas de Vila Real em agosto de 1886. No ano seguinte foi colocado na Direção de Estudos do Caminho-de-ferro ao Norte do Mondego, sendo depois destacado para o Caminho-de-ferro do Minho e Douro. A partir de outubro de 1893 foi colocado na 2ª Circunscrição Hidráulica, até que em janeiro de 1899 foi nomeado para servir provisoriamente como Diretor da Construção do Caminho-de-ferro do Minho e Douro. A 5 de maio de 1902 foi nomeado Diretor das Obras Públicas do Distrito de Leiria e em dezembro de 1904 foi transferido para o mesmo cargo mas na Direção de Obras Públicas de Aveiro. Em julho de 1905 foi destacado para a ilha da Madeira, encarregado de conduzir as obras das levadas, em maio de 1909 foi ainda responsável pelos estudos da linha férrea desta ilha. Em setembro de 1909 regressou à Direção das Obras Públicas de Aveiro, sendo transferido para a Direção de Obras Públicas de Santarém em dezembro de 1911. No ano seguinte a 30 de abril foi nomeado Diretor das Obras Públicas de Coimbra, lugar que ocupou até 3 de outubro de 1917. Nomeado Chefe da 1ª Circunscrição Sanitária Norte do Conselho de Melhoramento Sanitários em julho de 1918. Fez parte do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra e da Comissão de Monumentos da 2ª circunscrição, onde foi responsável pela conservação dos monumentos, entre 1914 e 1918. Entre 1900 e 1910 foi eleito deputado do partido progressista, primeiro pelo círculo de Gondomar e depois pelo Porto. Destaca-se ainda a publicação de um conjunto de obras: *Breves reflexões sobre as quantidades negativas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872); *Questões de hygiene e de agricultura- cemiterios e inceneração dos cadáveres* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874); *Evolução social. Discurso Pronunciado no «Grémio de Instrução e Recreio», de Bragança, na noite do dia 26 de Maio de 1881* (Porto: Real Typographia Lusitana, 1881); *Discursos parlamentares pronunciados na sessão legislativa de 1901 e extraídos do diário das sessões da Camara dos Senhores Deputados* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1901); *Questões económicas : carvões, ferros e alcooes nacionaes : discursos parlamentares pronunciados na sessão legislativa de 1903*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904);

[*Gazeta de Coimbra*, nº 105, de 3 de julho de 1912, 2

Lisboa: AHMOP, *Processo individual*, cx. 120

CUSTÓDIO, Jorge, “*Renascença*” *Artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, Durante a I República. Património da Nação. Vol.2* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011), 558]

Pedro Alves do Avelar Machado (c.1830 - ?)

Engenheiro civil formado pela Escola do Exército em 1854, no ano seguinte, começou a trabalhar na Direção de Obras Públicas de Viseu e Guarda, assumindo o cargo de diretor desta direção no ano seguinte. Em dezembro de 1857 foi transferido para a Direção de Obras Públicas de Coimbra. Mais tarde entrou ao serviço do Ministério da Guerra, onde foi responsável por diversas obras em vários quartéis como Melgaço, Valença e Guimarães ou pelo Hospital regimental reunido de Chaves.

[Lisboa: AHMOP, *Processo individual*, cx. 95]

Ricardo Frederico Guimarães (?- 29.06.1877)

Bacharel de Matemática pela Universidade de Coimbra. Engenheiro de Pontes e Calçadas pela Escola Imperial de Paris. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria a 26 de setembro de 1859 como chefe de secção na Direção de Obras Públicas do Distrito de

Santarém onde dirigiu os estudos e os trabalhos de construção da estrada de Abrantes a Castelo Branco. Colocado depois na Direção de Obras Públicas do distrito do Porto e a partir de 31 de maio de 1863 na Direção de Obras do Distrito de Coimbra. Nesta direção, foi responsável pela fiscalização das obras do edifício do telégrafo e do *projeto de restauro da Igreja de Santa Cruz* em 1864, bem como da construção da estrada de Coimbra à Figueira. Em julho de 1866 depois de uma desavença com o Diretor de Obras Públicas do Distrito de Coimbra, Mathias Cypriano Pereira Heitor de Macedo, foi transferido para o distrito de Braga. Ao serviço do município de Coimbra foi responsável pelo *projeto do Mercado no Largo da Sota* em 1866.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 81]

Ruben Eduardo Ferreira (?-?)

Engenheiro auxiliar. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria em 1875. Prestou serviço na Direção Hidráulica do Mondego pelo menos entre 1917 e 1923. Em setembro de 1917 durante uma licença do engenheiro Henriques Fernandes Ruas assumiu a direção deste serviço.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 63]

Sebastião de Almeida Soriano (?-?)

Desenhador de 1ª classe esteve ao serviço da Direção de Obras do Mondego e Barra da Figueira e na Escola Agrícola Moraes Soares. Em outubro de 1897 foi transferido para a Secção de Coimbra da Direção dos Edifícios Públicos e de Fornecimento de Materiais, depois de extinta esta secção regressou para os Serviços de Obras do Mondego e Barra da Figueira.

[Lisboa: ANTT, *Ministério das Obras Públicas*, mç. 504]

Silvério Augusto Pereira da Silva (03.01.1827-05.04.1910)

Formado em Engenharia Militar pela Escola do Exército em 1850. Entrou para o serviço do Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria em Dezembro de 1853, colocado no distrito de Leiria. Entre dezembro de 1855 e 5 Outubro de 1857 foi colocado na Direção de Obras Públicas do distrito de Coimbra, sendo depois nomeado Diretor de Obras Públicas do Distrito da Guarda. Em 16 de dezembro desse ano foi transferido para a direção de Aveiro, assumindo a Direção das Obras da Barra de Aveiro em 185. Durante o tempo em que esteve encarregado destas duas direções, foi em comissão de serviço duas vezes ao distrito de Viseu, uma ao da Guarda e outra ao de Viana, tendo elaborado alguns projetos para o primeiro. Em 1864 teve incumbência da fiscalização e construção do caminho-de-ferro americano das minas do Braçal ao rio Vouga. Reformou-se do Ministério das Obras Públicas em janeiro de 1897, mas continuou a servir em comissões no Ministério da Guerra até 1909.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 166

Lisboa: AHM, *Processos Individuais G/LM/A/31/01/0122]*

Valentim Evaristo Rego (1825 - 22.05.1884)

Concluiu o curso de Engenharia Civil e Militar da Escola do Exército a 7 de julho de 1853 e entre 17 de julho de 1856 e agosto de 1860 estudou em França. Quando regressou foi encarregado do projeto definitivo das estradas de Chaves à Ponte de Caver. Entre março de 1862 e dezembro de 1865 foi Diretor das Obras Públicas da Barra da Figueira, cargo que desempenhou cumulativamente como Diretor Obras Públicas do Distrito de Coimbra desde junho de 1864. Pelo decreto de 27 de maio de 1865 foi nomeado para a comissão encarregada de estudar o Plano de Geral Melhoramentos de Coimbra, responsável pela compra da primeira planta topográfica da cidade. Nomeado em abril de 1870 Inspetor dos Telégrafos e Faróis e dois anos depois Diretor Geral dos Telégrafos.

[Lisboa: AHMOP, *Processos Individuais*, cx 138

Lisboa: AHM, *Processos Individuais*]

Anexo D

Notas Biográficas dos Políticos

Anthero Augusto Marques d'Almeida Araújo Pinto

Filho de João Marques d'Almeida Araújo Pinto, vereador do Município de Coimbra entre 1858 e 1862. Anthero Augusto Marques d'Almeida Araújo Pinto foi eleito Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1868 e 1874 e entre agosto de 1870 e janeiro 1872. No entanto em agosto de 1870 depois do presidente eleito (Joaquim Augusto Barateiro) ter assumido o cargo de Administrador do Concelho, Araújo Pinto assumiu a presidência da Câmara Municipal e nesta condição foi o responsável por retomar o processo de criação da rede de abastecimento de água a partir do rio Mondego, abrindo o primeiro concurso em 1870. Todavia, verificou-se que entre 1870 e 1872, Raimundo Venâncio Rodrigues, anterior presidente, também assumiu as funções de Presidente em algumas situações.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 256]

António Augusto da Costa Simões (23.8.1819 - 26.11.1903)

Natural da Mealhada ingressou na Faculdade de Matemática e de Filosofia da Universidade de Coimbra a 7 de outubro de 1835 e na Faculdade de Medicina a 9 de outubro de 1838. Bacharel a 24 de maio de 1842 concluiu a licenciatura a 6 de julho de 1848 e o doutoramento a 16 desse mesmo mês. Foi administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra entre julho de 1870 e maio de 1886 e Reitor da Universidade entre setembro 1892 e fevereiro 1898. Foi responsável por um extenso programa de reforma dos Colégios das Artes, S. Jerónimo e Militares com vista à criação de um moderno Hospital Universitário, os seus estudos, aperfeiçoados ao longo de anos de pesquisa e de visitas de estudo a vários países europeus, para além de proporem a reforma de uma extensa área da Alta coimbrã, deram origem ao seu modelo de Hospital Distrital, difundido noutras cidades, como Lamego. Enquanto professor e investigador, foi responsável pela reforma do ensino da Medicina, introduzindo o ensino experimental e pela criação da cadeira de Histologia e Fisiologia Geral, bem como pela criação da primeira escola de enfermagem em Coimbra. Foi professor das cadeiras de Física Médica entre 1849 e 1852; Patologia Geral entre 1849 e 1852; Clínica dos Homens entre 1849 e 1852, de Historia Natural Médica entre 1852 e 1855, Medicina Legal entre 1855 e 1859, Fisiologia e Higiene entre 1859 e 1860), Partos e Moléstias de Puérperas entre 1859 e 1860, Anatomia Humana Descritiva e Comparada entre 1860 e 1863, Histologia e Fisiologia Geral entre 1863 e 1882 e demonstrador de Anatomia Humana Descritiva e Comparada entre 1854 e 1859. Foi Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro de 1856 e janeiro de 1858, sendo responsável pelo início da construção do Cemitério Municipal da Conchada e pelo plano do alargamento da Rua de Coruche. A partir de 1866 já longe dos cargos políticos foi o principal impulsionador da construção de uma moderna rede de abastecimento de água a partir do Mondego, solicitando o primeiro projeto ao engenheiro Mary de Paris e depois de 1870 foi o responsável pelas três tentativas para a construção da referida rede por parte de uma companhia privada. Das várias obras publicadas destacam-se: *Relatórios de uma viagem científica* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1866); *Hospitais da Universidade de Coimbra. Projecto de Reconstrução do Hospital do Collegio das Artes* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1869); *Noticia histórica dos hospitais da universidade de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882); *Os esgotos nas cidades e nos hospitais (resumida apreciação dos principaes sistemas), com applicação aos hospitais da Universidade* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889); *Construções Hospitalares (noções geraes e*

projectos) com referência aos Hospitais da Universidade (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1890); *Reconstruções e Novas Construções dos Hospitais da Universidade de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, vol. 2 (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992)]

António Inácio de Abreu

Foi presidente da comissão administrativa do município nomeada em setembro de 1837 e em funções até às eleições de janeiro de 1838.

[José Pinto Loureiro, “Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra” *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

António José Teixeira (25.06.1830-19.08.1900)

Natural de Coimbra alistou-se ao Batalhão Académico em 1846 sendo preso por 35 dias na Torre de S. Julião da Barra. Regressou a Coimbra onde concluiu o curso de Faculdade de Matemática e o doutoramento em outubro de 1855. Professor da Faculdade de Matemática a partir de 1857 lecionou variadas cadeiras como Geometria Sintética, Aritmética, Geometria Analítica, Astronomia, Calculo Diferencial, Trigonometria Esférica e Mecânica Racional, jubilando-se em 1879. Em 1855 foi ajudante do Observatório Astronómico. Vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1858 e 1859. Deputado às Cortes em várias legislaturas, onde apresentou um projeto de lei sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia e Letras. Par do Reino. Sócio do Instituto de Coimbra e membro da Sociedade de Geografia de Lisboa. Publicou vários artigos, em especial no jornal *O Conimbricense* onde foi o responsável pelas notícias políticas entre 1861-1870. Destacam-se as obras: *Estudos sobre a doutrina da proporcionalidade, especialmente sobre a definição V do livro V de Euclides* (Coimbra, 1865); *Documentos para a história dos Jesuítas em Portugal* (Coimbra, 1899); *António Homem e a Inquisição* (Coimbra, 1902).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, vol. 2 (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992),265]

António José Cardoso Guimarães (1798-1872)

Escrivão da Relação da cidade do Porto por decreto de 29 de novembro de 1836. Cavaleiro da ordem de Cristo a partir do dia 7 de janeiro de 1837. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1836 e 1837, em 1847 e entre 1864 e 1866. Entre novembro de 1847 e janeiro de 1852 foi eleito Presidente da mesma Câmara Municipal.

[José Pinto Loureiro, “Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra” *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

António José Gonçalves Guimarães (13.1850- 07.08-1919)

Natural de Tavira, ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, concluindo o bacharelato em 1873 e três anos depois o doutoramento. Professor da mesma faculdade, lecionou várias cadeiras desde Química Orgânica, a Zoologia, Geologia e Petrologia e Antropologia. Foi secretário da Faculdade de Filosofia entre 1877 e 1879. Diretor do Museu de História Natural entre 1885 e 1912. Vice-Reitor da Universidade em 1900. Foi ainda professor do Seminário e do Liceu de Coimbra, sendo mesmo reitor deste último. Foi Vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1878 e 1886 e vereador da mesma entre 1886 e 1887.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, vol. 2 (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992),280]

António Luís de Sousa Henriques Seco (22.01.1822- 04.12.1892)

Natural de Antuzede, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1836 e doutorou-se nessa Faculdade em janeiro de 1843. Começou a lecionar Direito Natural e das Gentes em 1848, lecionando mais tarde outras cadeiras, jubilou-se em 1885. Foi fiscal da Faculdade de Direito e diretor da mesma entre 1881 e 1885. Administrador do Concelho e Governador Civil do Distrito de Coimbra entre 1846 e 1853. Vogal do Conselho de Distrito, Deputado às Cortes em 1854, 1857, 1858 e 1860. Entre novembro de 1863 e janeiro de 1864 foi Presidente do Município de Coimbra. Conselheiro e Par do Reino vitalício. Sócio do Instituto de Coimbra. Doou parte da sua biblioteca à Câmara Municipal para a criação de uma Biblioteca Municipal. Da sua obra publicada destacam-se: *Memória histórica e corográfica dos diversos concelhos do distrito administrativo de Coimbra* (Coimbra, 1854); *As eleições municipais em Coimbra para o biénio de 1854-1855* (Coimbra, 1856) e *Memórias do tempo passado e presente para lição dos vindouros* (Coimbra 1880-1889).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992),172]

António Manuel Pereira

Presidente do Município entre novembro de 1841 e janeiro de 1843.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Augusto Joaquim Alves dos Santos (10.1866- 01.1924)

Frequentou o Seminário de Braga e foi Capelão da Universidade de Coimbra. Em 1900 obteve o grau de doutor pela Faculdade de Teologia e em 1916 pela Faculdade de Letras. Professor de Grego e de Hebraico no Liceu de Coimbra e Professor na Faculdade de Teologia. A partir da extinção da

Faculdade de Teologia em 1911 passou a docente da Faculdade de Letras, lecionando Pedagogia, Filosofia e Lógica, História da Filosofia Medieval, Moderna e Contemporânea, Psicologia Geral e Psicologia Experimental. Em 1915 passou a lecionar na Escola Normal Superior de Coimbra. Foi responsável pelo desenvolvimento da Psicologia Experimental em Portugal. Visitando países como a França, Suíça e Bélgica. Em 1913 fundou o Laboratório de Psicologia Experimental que dirigiu até à sua morte. Foi ainda inspetor do Ensino Primário e membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra entre 1916 e 1924 continuando a política de modernização implementada pelo seu antecessor. Em fevereiro de 1919 foi nomeado pelo Governador Civil de Coimbra para presidir à Comissão Administrativa da Câmara, cargo que desempenhou até agosto, sendo eleito em dezembro presidente do Senado Municipal. Chefe do Gabinete do Governo Provisório em 1911, Presidente da Câmara dos Deputados, deputado entre 1919 e 1921 e Ministro do Trabalho entre 1921 e 1922. Publicou um conjunto de obras das quais destacamos: *Educação nova: as bases* (Lisboa, 1919); *Elementos de filosofia científica* (Coimbra, 1915); *O ensino primário em Portugal nas suas relações com a história geral da nação* (Porto, 1913); *Psicologia e pedagogia: uma missão de estudo no estrangeiro* (Coimbra, 1913); e *A nossa escola primária: o que tem sido, o que deve ser* (Porto, 1905). Em 1904, foi distinguido com a Ordem de Santiago.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 41, 81 e 335]

Cesário Augusto de Azevedo Pereira (05.10.1806 - 15.05.1878)

Nasceu em Tomar em 1806. Concluiu o curso de Medicina em julho de 1835 e começou a lecionar na Faculdade de Medicina em 1837. Durante a epidemia de cólera que assolou a cidade em 1856 criou o Hospital dos Coléricos assumindo a sua direção. Foi Diretor dos Hospitais da Universidade e Diretor da Faculdade de Medicina a partir de novembro de 1869. Procurador à Junta Geral do Distrito de Coimbra em 1856 e vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1837, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1862 e 1863 e Presidente entre 1852 e janeiro 1856 e entre 1865 e 1869. Deputado em várias legislaturas e Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Condecorado com a Ordem de Cristo.

[“Morte e biografia do lente Cesário Augusto de Azevedo Pereira” *Conimbricense*, nº 3214 e 3215 (1878)]

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 221-222]

Emídio Júlio Navarro (19.05.1844-16.08.1905)

Nasceu em Viseu em abril de 1844, frequentou o Seminário de Bragança e concluiu o Curso de Direito em Coimbra. Teve um importante papel como jornalista, tendo fundado em Coimbra o jornal “A Académica” e depois de ter colaborado com vários periódicos fundou em Lisboa “O progresso” e o “Correio da Noite”. Foi membro do Partido Progressista e nomeado várias vezes deputado. Foi ministro de Portugal em França e Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria durante três anos, entre 1886 e 1889. Nesta pasta teve um importante papel quer ao nível do fomento agrícola, quer da reforma do ensino e da própria organização das Obras Públicas. Defendeu uma política de fomento económico assente na agricultura e neste sentido foi

responsável pelo primeiro *Recenseamento Agrícola e Pecuário* do país. Entre 1886 e 1887 foi responsável pela reforma do ensino profissional, com a criação dos Institutos Industriais e Comerciais, a 30 de dezembro de 1886, a reforma do Instituto de Agronomia e Veterinária de 2 de dezembro de 1886 e de 8 de Novembro de 1888 e, a regulamentação, a 23 de fevereiro de 1888, das Escolas Industriais e de Desenho Industrial. Em novembro e julho de 1887 criou as Escolas Agrícolas de Coimbra, Faro, Viseu, Portalegre e Santarém. Criou ainda as Escolas Industriais da Covilhã, Alcântara, Porto, Braga, Coimbra e remodelou as do Porto e Guimarães (decretos de 13 de junho 1888 e de 10 de janeiro 1889). Fundou as Escolas Elementares de Desenho Industrial de Bragança, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Funchal e Matosinhos, pelos decretos de 13 de Junho 1888 e de 10 de janeiro 1889. Ao nível das Obras Públicas foi responsável pelas portarias de 28 de abril, 18 de julho e 17 de agosto de 1887 que regularam as adjudicações e empreitadas de Obras Públicas e a construção das estradas municipais e distritais, bem como pelo decreto de 21 de fevereiro de 1889 sobre a polícia das estradas. Foi ainda responsável pelo regulamento de fiscalização da construção do caminho-de-ferro, pelo decreto de 15 de março de 1888. Bem como pela reorganização do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 28 de julho de 1886, que entre outras medidas extinguiu a Engenharia Distrital. Foi também um dos primeiros impulsionadores do turismo, com a construção do Grande Hotel do Bussaco. Em Coimbra para além das Escolas Industriais e Agrícola, já referidas deu um contributo fundamental para as obras do aterro da margem do Mondego que veio permitir a construção do Parque da Cidade.

[Eduardo Serpa, “Navarro (Emidio Julio)”, *Verbo Enciclopedia Luso-Brasileira de Cultura* (Lisboa: editorial Verbo, 1995), 1754]

Eusébio Tamagníni de Matos Encarnação (08.07.1880 –01.11.1972)

Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, foi professor da Faculdade de Matemática e de Filosofia a partir de 1904, onde lecionou as cadeiras de Química Orgânica, Mineralogia e Geologia, Antropologia e Zoologia. Foi também professor na Escola Normal Superior. Secretário da Faculdade de Filosofia entre 1905 e 1910 e diretor do Museu de História Natural entre 1907 e 1911. Depois da criação em 1911 da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, transitou para esta faculdade. Foi diretor do Museu e Laboratório Antropológicos entre 1914 e 1922 e em 1926, depois Diretor do Museu e Laboratório Zoológico entre 1931 e 1950. Foi ainda Vice-Reitor da Universidade entre 1916 e 1918 e Bibliotecário da Faculdade de Ciências entre 1919 e 1922. Diretor da Escola Normal Superior entre 1925 e 1927. Membro do Conselho Nacional de Instrução Pública em 1926. Ministro da Instrução Públicas entre outubro de 1934 e janeiro de 1936. Vogal da 2ª Subsecção da Junta Nacional de Educação em 1942. Entre janeiro de 1918 e agosto de 1919 foi Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Possui uma vasta obra publicada, das quais se destacam: *Os antigos habitantes das Canárias* (Coimbra, 1932), *A pigmentação dos portugueses. Contribuição para o estudo da Antropologia portuguesa* (Coimbra, 1936) e *Correlações somáticas. Sua importância no ponto de vista da análise etnológica* (Porto, 1944).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol.II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 72]

Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo (16.09.1836 - 7.11.1892)

Natural de Penacova, filho do Bacharel Fernando António de Andrade Pimentel de Melo e de Joaquina Emília Augusta de Melo. Ingressou na Universidade de Coimbra em 1853 e concluiu o curso de Medicina e o doutoramento em 1862. Foi professor da Faculdade de Medicina a partir de 1865. Em 1872 era 2º clínico externo dos Hospitais da Universidade. Diretor do Hospital dos Coléricos a partir de 1885. Membro da Junta Consultiva de Saúde do distrito de Coimbra e procurador à Junta Geral do Distrito de Coimbra pelos concelhos de Penacova e Poiares. Deputado às Cortes por Penacova entre 1865 e 1870. Par do Reino. Presidente do Município de Coimbra entre janeiro de 1874 e janeiro de 1876. Foi Governador Civil de Coimbra entre agosto de 1876 e março de 1877 e entre janeiro de 1878 e junho de 1879. Foi diretor do Asilo da Mendicidade de Coimbra. Recebeu a Grã-Cruz de Isabel a Católica. Publicou *Da albuminária nas mulheres grávidas, sua causa próxima e relação com a clorose e a hidropisia* (Coimbra, 1862) e *Instruções contra o cólera-morbus...* (Coimbra, 1885). Sócio efetivo do Instituto de Coimbra desde 1861. Da sua ação como Governador Civil de Coimbra destaca-se a constituição na cidade de um corpo de polícia civil.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 216]

Fernando Baeta Bissaya-Barreto Rosa (29.10.1886- 16.09.1974)

Natural de Castanheira de Pera, filho do farmacêutico Albino Inácio Rosa e de Joaquina da Conceição Barreto Rosa. Ingressou na Universidade de Coimbra em 1903 e em 1911 era bacharel de Medicina. Começou a lecionar nesse mesmo ano e jubilou-se em outubro de 1956. Concluiu também o curso do magistério secundário e os preparatórios de Engenharia. Diretor de Clínica de Patologia e Terapêutica nos Hospitais da Universidade de Coimbra entre novembro de 1926 e julho de 1927 e diretor interino de Técnica Operatória e Terapêutica Cirúrgica a partir de abril de 1927. Diretor de Clínica dos Hospitais da Universidade a partir de 1937 e diretor de Clínica Operatória a partir de julho de 1941. Foi eleito Deputado pela Figueira da Foz, à Assembleia Nacional Constituinte de 1911. Foi presidente do Senado Municipal de Coimbra entre janeiro de 1923 e dezembro de 1925. Em 1927 assumiu a presidência da Junta Distrital de Coimbra (mais tarde Junta da Província da Beira Litoral / Junta Distrital de Coimbra), cargo que exerceu até 1974 e onde se distinguiu pela sua ação assistencial, com destaque para a luta antituberculosa e para as obras materno-infantil. Fundou os Sanatórios dos Covões e de Celas, o Ninho dos Pequenininhos, o Preventório de Penacova e a Escola de Semide, para além da rede de Casas da Criança. Procurador à Câmara Corporativa entre 1961 e 1970. Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Água do Luso entre 1931 e 1959. Recebeu em 1956 a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência e a Medalha de Mérito Relevante atribuída pelo Município de Coimbra. Em 1963 recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo e em 1967 recebeu do Ministro da Saúde e Assistência a Medalha de Ouro Serviços Distintos. Foi membro do Partido Republicano e, no final da Monarquia do Partido Evolucionista. Fundou em 1906, com Alberto de Azevedo, o jornal republicano "Pátria". Membro da Maçonaria com o nome "Saint-Just", tendo também pertencido à Carbonária de Coimbra. Em 1940 inaugurou o Grande Hotel das Termas do Luso (projeto do arquiteto Cassiano Branco). Em 1958 criou a Fundação Bissaya Barreto para dar continuidade à sua Obra Social. Publicou diversas obras e vários artigos em revistas científicas, como: *O sol em cirurgia* (Coimbra, 1915), *Subsídios para a História* (6 vols, Coimbra 1946-1964); *Coimbra e os seus hospitais* (Coimbra 1967).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 229-230]

Ferrand Pimentel de Almeida (25.03.1885 – 07.04.1963)

Natural de Alenquer estudou no Seminário de Évora entre 1899 e 1904, doutorando-se em Roma em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana. Entre 1913 e 1916 enquanto estudante na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi responsável por um curso livre de Italiano e em dezembro de 1919 concluiu o doutoramento em Filologia Germânica. Professor da Faculdade de Letras lecionou várias cadeiras como Língua e Literatura Alemã, Filologia Germânica, Literatura Inglesa, Gramática Comparada das Línguas Germânicas e literatura italiana. Entre 1928 e 1938 foi diretor do Arquivo da Universidade. Foi secretário da Faculdade de Letras, Bibliotecário da mesma faculdade, Diretor do Instituto de Estudos Ingleses e do Instituto de Estudos Italianos. Foi Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, vogal da Junta Nacional de Educação e chefe de Gabinete do Ministro da Instrução entre 1928-1929. Foi presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1935 e 1942. Oficial das Ordens de Cristo e de Santiago da Espada. Comendador da Ordem da Coroa de Itália e da Cruz Vermelha Alemã. Membro do Instituto de Coimbra desde dezembro de 1916. Publicou: *O sentido da natureza no "Fausto" de Goethe (A expressão estética)* (Coimbra, 1918); *Fausto e a montanha. Contribuição para o estudo do sentimento da natureza no 'Fausto' de Goethe* (Coimbra, 1933); *As paisagens de Goethe até à ida para a Alsácia; O Crofilismo de J.J.Rousseau*.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis* vol.II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 65-66]

Francisco Fernandes da Costa (06.06.1802 - 02.10.1874)

Natural de S. Torcato, Guimarães. Licenciado em Medicina e Professor da Faculdade de Medicina a partir de 1838. Lecionou Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia, Física Médica e Anatomia Topográfica. Foi Diretor da Faculdade de Medicina entre 1867 e 1870. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1834 e 1835 e por duas vezes foi nomeado para presidir a comissões administrativas municipais, primeiro por um curto período de tempo, entre outubro de 1846 e janeiro de 1847 (nomeado na sequência de uma revolta na cidade contra o governo do Conde de Tomar) e mais tarde entre agosto de 1862 e fevereiro de 1863. Deputado às Cortes em 1838 e em 1861. Foi Membro da Junta Geral do distrito de Coimbra.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 203-204]

Francisco José Duarte Nazaré

Natural de Coimbra ingressou na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1820 e concluiu o curso e o doutoramento em 1835. Lecionou várias cadeiras como: Direito Pátrio, Prática e Forma Judicial, Direito Civil Português, Jurisprudência Formulária e Heurística e Hermenêutica Jurídica. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1834 e entre 1841 e 1846. Deputado às Cortes em várias legislaturas. Juiz nas Comarcas de Coimbra e Aveiro. Sócio do Instituto de Coimbra e da Academia Real das Ciências de Lisboa.

[A.A. Fonseca Pinto, "Conimbricenses Illustres (esboços biográficos) IV -Francisco José Duarte Nazaré", *O Instituto*, nº 31 (1863/1864): 353;

Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis* (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 98 e 163]

Francisco Maria Tavares de Carvalho (23.11.1794 - ?.01.1850)

Natural de Sebal, Condeixa-a-Nova. Matriculou-se na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1813 e concluiu o curso e o doutoramento em 1819. Foi opositor da Faculdade de Cânones entre 1819 e 1822. Professor da Faculdade de Cânones a partir de julho 1835 lecionou as cadeiras de Direito Público Universal, Direito Natural e das Gentes. Presidente do Município de Coimbra entre 1835 e 1836. Deputado à Cortes pelo Douro em 1842.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 149.]

Francisco Vilaça da Fonseca

Presidente do Senado Municipal entre janeiro de 1914 e dezembro de 1917. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre outubro de 1910 e dezembro de 1913, entre agosto de 1919 e dezembro de 1919 e entre janeiro de 1923 e dezembro de 1925. Fez parte da Comissão executiva da Câmara Municipal entre janeiro de 1920 e dezembro de 1922.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Frederico de Azevedo Faro e Noronha e Menezes (20.10.1799-10.03.1882)

Natural de Soenga, S. Martinho de Mouros, Resende. Matriculou-se na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra em 1815 e concluiu o curso e o doutoramento em 1821. Professor da mesma Faculdade a partir de 1822, mas em 1828 abandonou a Universidade por razões políticas. Regressou em 1834 depois da vitória definitiva do liberalismo. Jubilado a partir de 1863. Foi diretor da Faculdade de Direito entre 1861 e 1863. Presidente do município de Coimbra entre 1840 e 1841. Deputado às Cortes pelo Porto entre 1842 e 1845. Entre setembro de 1842 e dezembro de 1843, fez parte da comissão encarregada de definir o plano geral de instrução pública. Sócio fundador do *Instituto de Coimbra*.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 161.]

Jerónimo José de Melo (1791?- 25.02.1867)

Natural de Malhada Sorda, Almeida. Matriculou-se nas Faculdades de Matemática e de Filosofia em 1808 e em outubro de 1813 ingressou na Faculdade de Medicina, tornando-se bacharel em maio de 1817. Foi médico do partido de Castelo de Vide e Avis e concluiu a licenciatura em dezembro de 1834 e o doutoramento em janeiro de 1835. Foi professor das cadeiras de Fisiologia e Higiene entre 1838 e 1864 e Fisiologia Especial e Higiene Privada (1864-1867). Diretor da Faculdade de Medicina entre 20 de outubro de 1864 e 1867. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1839 e deputado em várias legislaturas. Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e como Deputado apresentou em 1848 na Câmara dos Deputados um projeto de reforma da instrução pública que deu origem à publicação de: *A instrução pública e a proposta de lei de 4 de Março de 1843* (Coimbra, 1843) e *A questão da instrução pública em 1848* (Coimbra, 1848) Foi encarregado a 2 de maio de 1844 de elaborar um plano de organização das Repartições de Saúde. Em 1849 foi nomeado para comissão de melhoramentos das valas dos campos do Mondego. Publicou ainda *Memória filosófica sobre a Megalantropogenesia, ou arte de aperfeiçoar a espécie humana* (Coimbra, 1822) e *A liberdade de ensino e os direitos do Estado* (Coimbra, 1855).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 216]

João Correia Ayres de Campos (24.08.1818- 17.09.1891)

Natural de Lisboa. Em outubro de 1836 ingressou na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra concluindo o curso em junho de 1841. Iniciou atividade no escritório do advogado Constantino Ferreira Gonçalves mas pouco depois abandonou a profissão, dedicando-se ao estudo e à investigação. Pertenceu à direção do Asilo da Mendicidade de Coimbra. Apesar de não pretender uma carreira pública desempenhou alguns cargos de governação, embora sempre por curtos períodos de tempo. Vereador da Câmara de Coimbra entre 1852 e 1853, administrador do Concelho de Coimbra em 1846 e Deputado por Coimbra entre 1864 e 1868. Foi ainda nomeado Juiz de Direito da Comarca nos anos de 1848, 1857 a 1872 e delegado do Procurador Régio entre setembro de 1856 e fevereiro de 1857. Enquanto estudante do terceiro ano fez parte da *Nova Academia Dramática* sendo um dos responsáveis pela fundação do *Teatro Académico* que, a partir de 1840, deu origem ao *Instituto Dramático*, um dos três que esteve na base da sociedade *Instituto de Coimbra*. Todavia, quando em 1852 esta sociedade se autonomizou da *Academia Dramática*, Ayres de Campos, contrário a esta separação, manteve-se na academia, só aceitando ser sócio do Instituto anos depois em 1859. Nesta sociedade teve uma importância estrutural na criação da Secção de Arqueologia em 1874, sendo o responsável pela constituição, inventariação e organização do museu de arqueologia. Publicou mais tarde um minucioso inventário do museu: *Catalogo dos objetos existentes no museu de arqueologia do Instituto de Coimbra* (Coimbra 1885). Durante o seu mandato como vereador da Câmara Municipal deu início a um importante trabalho de catalogação e de organização dos arquivos do município que deu origem à publicação: *Indice Chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da camara municipal de Coimbra* (Coimbra, 1863) e a mais três fascículos compreendendo o índice de todos os livros e documentos avulsos: *Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da Câmara Municipal de Coimbra : segunda parte do inventario do mesmo archivo* (Coimbra, 1862-1872) ficou por publicar o quarto fascículo por desinteresse do município. Publicou ainda inúmeros artigos em jornais, quer da área jurídica como a *Gazeta dos Tribunais* e a *Revista jurídica, periódico jurídico e litterario*, como jornais de cultura como *Literatura ilustrada, jornal para todas as classes* ou no *Instituto*. Autor ainda de numerosos folhetins e

livros. Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa desde maio de 1853 e da Academia Real de la Historia de Madrid desde 1873. Pai de João Maria Correia Aires de Campos, 1º Conde do Ameal, chefe do Partido Regenerador em Coimbra, Deputado e Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1893 e 1895.

[Antonio de Vasconcellos, “João Correia Ayres de Campos”, *O Instituto*, vol.XLII (1895) 322-355
José Pinto Loureiro, “Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra” *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

João Duarte de Oliveira (06.02.1875- 16.12.1946)

Natural de Cebolais de Cima, Castelo Branco. Licenciado em Medicina em 1903, foi médico municipal e Sub-Delegado de Saúde no concelho de Monforte. A partir de 1913 foi Professor da Faculdade de Medicina. Entre 1912 e 1913 foi 2º assistente interino do Laboratório de Anatomia Descritiva e Topográfica, assumindo a sua direção em 1915. A partir de 1915 foi Diretor do Laboratório de Histologia e Embriologia e em 1926 Diretor do Instituto de Fisiologia e Química Fisiológica. Diretor da Faculdade de Medicina ente junho de 1929 e 1931. Reitor da Universidade de Coimbra entre junho de 1931 e junho de 1939. Diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Vogal do Conselho Superior de instrução Pública em 1932 e Vogal da Secção de Ensino Superior do Conselho de Instrução Pública em 1935. Procurador da Universidade à Câmara Corporativa em 1935. Membro do Conselho Provincial da Beira Litoral em 1937. Presidente da Comissão Distrital da União Nacional. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra desde 1899 e Sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública em 1934 e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo em 1937. Destaca-se a sua obra *O fenómeno biológico (A energética). Fisiologia anagémica* (Coimbra, 1913). Foi presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Coimbra entre agosto de 1919 e dezembro de 1921.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II(Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 220]

João José Dantas Souto Rodrigues (29.11.1841- 1929)

Licenciado em Filosofia em 1864, recebeu o grau de doutor em Matemática em 1869. Professor da Faculdade de Matemática desde 1870 lecionou como substituto as cadeiras de Geometria Descritiva, Geodesia e Topografia e como lente as cadeiras de Álgebra Superior e Geometria Analítica. Depois de criada a Faculdade de Ciências em 1911 transitou para esta faculdade e entre 1921 e 1925 foi seu diretor. Foi 2º Ajudante do Observatório Astronómico entre 1865 e 1870 e diretor do mesmo entre 1900 e 1923. Foi ainda professor de Matemática do Seminário de Coimbra. Vereador e Vice-presidente Câmara Municipal de Coimbra e entre janeiro de 1886 e janeiro de 1887 foi Presidente da mesma, neste cargo foi responsável pelas primeiras diligências para a construção pelo município da rede de abastecimento de água a partir do Mondego. Governador Civil do distrito de Coimbra entre fevereiro de 1898 e janeiro de 1900. Das suas obras destaca-se a

publicação de: *Estudo sobre a permanência de polos terrestres* (Coimbra, 1869); *Considerações acerca da equação secular do médio movimento da Lua* (Coimbra, 1870). Foi Comendador da Ordem de Cristo.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 263]

João Maria Correia Ayres de Campos (05.02.1847- 03.07.1920)

Filho de João Correia Ayres de Campos e de Leonor de Sá Correia. Recebeu o título de 1º Conde do Ameal em 1901 por D. Carlos I. Foi casado com Maria de Sande Mexia Aires de Campos com quem teve quatro filhos, João de Sande Magalhães Mexia Salema Aires de Campos o mais velho, foi diplomata e recebeu os títulos de 2.º Conde do Ameal e 1º Visconde do Ameal. Foi chefe do Partido Regenerador em Coimbra, deputado e Presidente da Câmara Municipal entre janeiro de 1893 e dezembro de 1895. Foi o proprietário do antigo Colégio de S. Tomás na Rua da Sofia que converteu em residência, segundo projeto do arquiteto Silva Pinto, hoje convertido em Tribunal.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246;

Manuel Alves de Oliveira, *O Grande Livro dos Portugueses* (Lisboa: Circulo de Leitores, 1991), 41.]

João Rodrigues Donato (19.04.1851-?)

Natural de Coimbra. Matriculou-se em 1870 no Curso de Farmácia anexo à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e no ano seguinte na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa. Foi cirurgião Mor do regimento de infantaria nº 12. Em 12 de dezembro de 1907 foi nomeado pelo governador civil de Coimbra presidente da Comissão Administrativa da Câmara que substituiu a vereação dissolvida pelo decreto dessa data, ficando em funções até fevereiro de 1908.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Joaquim António da Silva

Presidente do Município entre janeiro de 1836 e abril de 1837.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Joaquim Augusto das Neves Barateiro

Presidente do Município por um curto período de tempo entre janeiro de 1870 e agosto de 1870, abandonando o cargo depois de nomeado Administrador do Concelho.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Joaquim de Castro Henriques

Nomeado para presidente da Comissão Administrativa Municipal entre maio 1846 e outubro 1846.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Joaquim Inácio Roxanes Manique

Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra pelo menos desde 1826. Liberal apoiou o Corpo Académico. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre maio de 1835 e janeiro de 1836. Presidente do Município a partir de janeiro de 1845, substituindo o presidente eleito, António Maria Osório Cabral que não tomou posse por motivos de saúde, em maio de 1846 foi substituído por uma comissão municipal, presidida por Joaquim de Castro Henriques.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

Joaquim Martins de Carvalho (19.11.1822-18.10.1898)

Jornalista, natural de Coimbra iniciou a sua formação no Colégio das Artes mas a falta de recursos obrigou-o a abandonar os estudos. Adepto da causa liberal e membro do partido popular, esteve preso em 1847. Quando regressou a Coimbra começou a colaborar com o jornal o *Observador*, jornal criado por membros deste partido em novembro de 1847 com o intuito de denunciar as pressões e perseguições existentes em Coimbra. Este jornal composto essencialmente por professores universitários contava com nomes como Agostinho de Moraes Pinto de Almeida, Justino António de Freitas, António Luís de Sousa Henriques Seco, Francisco José Duarte Nazaré, José de Moraes Pinto de Almeida, António Xavier Rodrigues Cordeiro, Joaquim Augusto Simões de Carvalho e José Maria de Abreu. Joaquim Martins de Carvalho acabou por adquirir este jornal, transformando-o em *O Conimbricense*, um novo periódico com a primeira tiragem em 24 de janeiro de 1854 e que dirigiu até à data da sua morte em 1898. A direção do jornal coube depois ao seu filho, Francisco Augusto Martins de Carvalho, encerrando a 31 de agosto de 1907 com o nº 6230, no ano seguinte teve um último número comemorativo com a data de 11 de julho de 1908 assinalando o centenário da criação do periódico *Minerva Lusitana*. Este jornal, de raiz política, para além do carácter noticioso e polemista que permite hoje uma leitura dos tempos conturbados da época, teve ainda a particularidade de pretender difundir também a cultura e a identidade nacional, através de

um conjunto de artigos de divulgação da história de Coimbra e do País. Colaborou também com o jornal *Liberal do Mondego* em 1851. Foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1895.

[Barradas de Oliveira, Carvalho (Joaquim Martins de), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Lisboa: Editorial Verbo, 1992),1262;

F.A. Martins de Carvalho, *Algumas Horas na minha Livraria* (Coimbra : Imprensa Académica, 1910);

José Pinto Loureiro (org), *Índice Ideográfico de "O Coninbricense"*, Supl. de: "Boletim da Biblioteca da Universidade", vol. 21 (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953), VI-VIII]

José António Rodrigues Trovão

Presidente da Câmara Municipal entre setembro de 1834 e maio 1835. Foi um dos responsáveis pelo plano de intenções de melhoramento da cidade a partir da apropriação das propriedades das antigas ordens religiosas, delineado entre 1834 e 1835.

[José Pinto Loureiro, "Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra" *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*, XV (1957): 246]

José Ferreira Marnoco e Sousa

Natural de Lousada, em 1898, depois de doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra assumiu a cadeira de Direito Eclesiástico, mas entre 1901 e 1910 foi regente das cadeiras de Ciência Económica e Direito Económico. Entre 1913 e 1915 foi diretor da Faculdade de Direito e dirigiu a Biblioteca da Universidade. Neste período foi responsável pela reforma do Instituto Jurídico e da Biblioteca e enquanto diretor da biblioteca foi responsável pelo início da publicação do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, para além da alteração da organização e sistematização das referências bibliográficas, de acordo com o ofício de 9 de Dezembro de 1913 do Inspector das Bibliotecas e Arquivos. Foi redator da *Revista de Legislação e Jurisprudência*. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro de 1905 e dezembro de 1907 e entre fevereiro de 1908 e outubro de 1910, neste cargo para além de ter sido responsável pela municipalização dos transportes públicos urbanos foi responsável pela introdução do descanso hebdomadário nos serviços municipais e nos restantes serviços da autarquia. Ministro da Marinha e do Ultramar por um curto período de tempo entre junho e outubro de 1910. Foi responsável por um amplo conjunto de obras relacionadas com a sua atividade de docência, com destaque para as obras da área da economia e do direito, onde se destacam: *Lições de Direito Político feitas na Universidade de Coimbra, ao curso do 2º anno jurídico de 1899-1900* (Coimbra: França Amado, 1900) aperfeiçoadas em 1910, *Sciencia Social. Lições sobre o Methodo e Doutrinas desta Escola Feitas na Universidade de Coimbra ao Curso de Sciencia Economica e Direito Economico de 1907-1908* (Coimbra: França Amado, 1908), *Direito Político. Poderes do Estado. Sua Organização segundo a Sciencia Política e o Direito Constitucional* (Coimbra: Livraria França Amado, 1910), *Constituição Política da República Portuguesa* (Coimbra, e Livraria França Amado, 1913), *Tratado de Economia Política* (Coimbra: Livraria França Amado, 1917). Em colaboração com José Alberto dos Reis, duas obras sobre o ensino do direito: *A Faculdade de Direito e o seu ensino* (Coimbra: 1907), e *O ensino jurídico na França e na Itália* (Coimbra: 1910).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 173-174]

José Machado de Abreu (11.04.1794-21.11.1857)

Nasceu em Negrelas, São Pedro do Sul. Bacharel de Lei em 1816 e de Cânones em 1817, concluiu doutoramento em 1818. Eleito Deputado em 8 novembro de 1826. Foi Vice-Reitor da Universidade de Coimbra em 1839 e novamente entre 1844 e 1846. Reitor a partir de janeiro 1850, afastado do cargo por razões políticas em setembro de 1851, embora só tenha sido oficialmente exonerado em julho de 1853. Presidente do Município de Coimbra entre abril e setembro de 1837 e entre janeiro de 1843 e janeiro de 1845. Recebeu o título de 1º Barão de Santiago de Lordelo em 1852. Foi membro do Conselho de Sua Majestade.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 111 e 145]

José Maria de Vasconcelos Azevedo Silva e Carvajal (16.10.1813-15.05.1879))

Filho de D. André José de Vasconcelos Azevedo e Silva e de Maria Constança de Carvajal Vasconcelos e Lancastre, natural de Elvas. Recebeu o título de Conde da Quinta de Canas em junho de 1870. Presidente da Câmara Municipal entre janeiro de 1864 e janeiro de 1866, neste cargo aceitou a sugestão de António Augusto da Costa Simões e solicitou o estudo para uma rede de abastecimento de água a partir do Mondego ao engenheiro Mary de Paris Em maio de 1865 recebeu o título de Visconde de Canas. Proprietário da Quinta das Canas na Lapa dos esteiros junto à margem esquerda do Mondego. Membro do *Instituto de Coimbra*.

[Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil - Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*. Vol 3 (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1989)183]

Lourenço de Almeida Azevedo (01.08.1833 - 18.6.1891)

Ingressou na Universidade de Coimbra em 1849, concluindo o curso de Medicina em julho de 1858. Ainda enquanto estudante trabalhou no hospital dos coléricos, criado pelo professor Cesário Augusto de Azevedo Pereira devido à epidemia que assolou a cidade em 1856. Docente da Faculdade de Medicina a partir de 1858 e diretor da Faculdade entre 1885 e 1891. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1872-1873 e entre 1876-1885 e durante este período foi responsável por um conjunto de obras cruciais para a cidade. Destaca-se o concurso para o primeiro levantamento topográfico da cidade, a construção do novo edifício para Paços do Concelho (1876-1879), o projeto de melhoramento do Largo da Portagem e das Margens do Mondego (1872-1877), a localização da Penitenciária nos terrenos do antigo Colégio de Tomar (1873), o Plano de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz (1882-1885) e a insistência para a construção do ramal de caminho-de-ferro entre o Padrão e o centro da cidade (1885). Vogal efetivo da Junta Consultiva da Saúde Pública a partir de fevereiro de 1885. Par do Reino e vogal da Secção Permanente do Conselho Superior de Instrução Pública. Diretor do Hospital dos Coléricos a partir de 1884. *Publicou Projecto de formulário dos hospitais da Universidade de Coimbra* (Coimbra, 1873);

Formulário dos hospitais da Universidade de Coimbra (Coimbra, 1882) e *O Cholera Morbus. Sua profilaxia e tratamento* (Coimbra, 1884). Sócio efetivo do Instituto de Coimbra, sócio correspondente da Real Academia de Medicina de Madrid e sócio honorário da Associação dos Artistas de Coimbra.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis* Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 195.

Alberto Sá de Oliveira, "Lourenço de Almeida Azevedo. Administrador Municipal", *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*. VIII (1945), 1-26.]

Luís da Costa e Almeida (27.3.1841 - 12.2.1919)

Nasceu em Lisboa, filho de Luís da Costa e Almeida um Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, professor da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, Corregedor de Coimbra, Desembargador da Casa da Suplicação, Deputado da Junta do Estado e Casa de Bragança e Juiz Censor da Imprensa Régia. Luís da Costa e Almeida matriculou-se nas Faculdades de Filosofia e de Matemática da Universidade de Coimbra em 1855, tendo obtido o grau de bacharel tanto de Filosofia como de Matemática em 1859. Em 1862 recebeu o grau de Doutor pela Faculdade de Matemática e nesse mesmo ano tornou-se docente da Faculdade de Matemática onde lecionou Geometria Descritiva, Geodesia, Astronomia Prática, Mecânica Celeste, Calculo Diferencial e Mecânica Racional. Desde 1860 que era ajudante do Observatório Astronómico e a partir de julho de 1893 assumiu a sua direção interinamente. Foi Reitor do Liceu de Coimbra e regeu um curso de Matemática no Seminário Episcopal de Coimbra em 1892. Diretor da Faculdade de Matemática entre 1888 e 1911 e depois de criada a Faculdade de Ciências em 1911 foi seu diretor até 1917. Diretor do Laboratório de Mecânica entre 1911 e 1912. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro 1887 e Dezembro de 1889, sendo um dos responsáveis pela construção da rede de abastecimento de água à cidade e pelo desenvolvimento da construção do Plano da Quinta de Santa Cruz. Deve-se também à sua insistência o início dos trabalhos de alargamento do cais do Mondego a partir de 1888. Foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública em 1885. Publicou vários trabalhos onde se destacam: *Teoria dos contactos de superfícies e curvas no espaço* (Coimbra, 1869); *Breves apontamentos sobre a natureza, procedência e sinais das linhas trigonométricas* (Coimbra, 1870); *Exposição sucinta dos princípios fundamentais do cálculo das variações* (Coimbra, 1870); *Aritmética, ou noções elementares da ciência dos números* (Coimbra, 1872); *Primeiras noções da teoria dos determinantes* (Coimbra, 1883); *Primeiras noções sobre o cálculo das quantidades geométricas* (Coimbra, 1891); *A Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra* (Coimbra, 1910). Sócio efetivo do Instituto de Coimbra. Comendador da Ordem de Cristo.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 251-252

Costa Lobo, "Dr. Luís da Costa e Almeida (Palavras proferidas no funeral deste ilustre professor)", *O Instituto*, nº 66 (1919):66-69]

Luís Pereira da Costa (20.5.1847 - 20.03. 1940)

Natural de Monte Redondo no concelho de Leiria, em 1872 ingressou na Faculdade de Matemática, concluindo o curso de Medicina em 1882. No ano seguinte iniciou a atividade docente na Faculdade de Medicina. Foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da Bacteriologia

em Portugal, sendo diretor do Gabinete de Microbiologia entre 1897 e 1903, do Laboratório de Microbiologia e Química Biológica entre 1903 e 1911 e entre 1911 e 1916 Diretor do Laboratório de Bacteriologia. Diretor da Faculdade de Medicina entre 1919 e 1925 e presidente do Conselho de Medicina Legal. Quando em 1921 foi criada a Faculdade de Farmácia, Luís Pereira da Costa foi graduado doutor em Farmácia e foi um dos seus primeiros professores. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1886 e 1887 e Presidente entre janeiro de 1896 e dezembro de 1898. Governador Civil do distrito de Coimbra em 1903. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra. Em 1878, foi um dos fundadores do jornal *Estudos Médicos*. Das suas obras publicadas destacam-se *Banhos de mar. Elementos de hidroterapia marítima* (Coimbra, 1882); *Teses de medicina teórica e prática* (Coimbra, 1882) e *Acção fisiológica dos elementos de hidroterapia marítima* (Coimbra, 1884).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis* vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 204]

Luís Wittnich Carrisso (14.2.1886 - 06.06.1937)

Natural da Figueira da Foz. Frequentou o curso de Filosofia e de Medicina e doutorou-se em Filosofia em 1911. Entre 1912 e 1935 foi professor da Faculdade de Ciências, lecionando um vasto conjunto de cadeiras, maioritariamente relacionadas com a Botânica. Foi diretor do Museu e Laboratório Botânicos entre 1919 e 1922, Diretor do Jardim Botânico entre 1919 e 1922 e Diretor do Instituto Botânico até 1937. Foi ainda Diretor da Faculdade de Ciências e Reitor interino da Universidade entre 1930 e 1931. Trabalhou algum tempo em Genebra com o Prof. R. Chodat. Presidente da Câmara de Coimbra entre janeiro e maio de 1935. Presidente da Comissão de Obras da cidade Universitária e Presidente da Junta de Construção do Ensino Secundário e Técnico. Foi responsável por importantes avanços na botânica, com destaque para os resultados das expedições científicas realizadas a Angola. Reorganizou a Sociedade Broteriana e, em 1930 fundou a revista *Memórias da Sociedade Broteriana* e em 1935 o *Anuário da Sociedade Broteriana*. Faleceu em Angola durante uma expedição científica patrocinada pelo Governo e pelo *Natural History Museum de Londres*. Editou o 1º volume do *Conspectus Florae Angolensis*. Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade de Ciências Naturais, da Société de Biologie de Paris, da Société Botanique de France, da Société Bio-Géographique de Paris, da Société Botanique Suisse e do Institut Colonial International de Bruxelles. Sócio do Instituto de Coimbra. Foi condecorado postumamente com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, era já Oficial da Ordem de Santiago da Espada, Cavaleiro da Ordem de Leopoldo II da Bélgica e Cavaleiro da Legião de Honra.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis* (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 299;

Maximino Correia. *Professor Doutor Luiz Wittnich Carrisso* (Figueira da Foz: Tip. Popular, 1937)]

Manuel da Costa Alemão (27.11.1833 - 08.1922)

Natural de Coimbra. Formado em Filosofia em 1860, matriculou-se no curso de Medicina em 1861 e obteve o grau de doutor em 1868. Professor da Faculdade de Medicina a partir de 1871 lecionou as cadeiras de Anatomia Humana, Operações Cirúrgicas, Patologia Geral e Anatomia Topográfica. Entre 1867 e 1870 exerceu no Hospital da Universidade. Foi também professor do Liceu de Coimbra em 1872. Entre 1880 e 1881 foi Administrador da Imprensa da Universidade. Reitor

interino da Universidade entre 1884 e 1886. Diretor do Gabinete de Medicina Operatória entre 1897 e 1911 e Administrador dos Hospitais da Universidade entre 1902 e 1910, sendo afastado do cargo por ser monárquico. Presidente da Câmara Municipal Coimbra entre janeiro de 1890 e dezembro de 1892, sendo responsável pela compra dos terrenos no Penedo da Saudade que anos depois permitiram a construção do novo bairro com a mesma designação, bem como pelos primeiros estudos para a reforma da Baixa. Procurador à Junta Geral por Coimbra. Conselheiro de Sua Majestade. Sócio do Instituto de Coimbra. Condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada. Depois da implantação da República foi chefe do Partido Monárquico em Coimbra. Para além de vários artigos em revistas científicas publicou: *Aritmética elementar* (Coimbra, 1865) e *Imprensa da Universidade. Exposição verdadeira ao país* (Coimbra 1882).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 191-192]

Manuel dos Santos Pereira Jardim (19.07.1818- 22.04.1887)

Natural de Coimbra ingressou no Seminário de Coimbra, em 1835. Matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra onde se licenciou e concluiu o doutoramento em julho de 1840. A partir de 1848 tornou-se professor dessa Faculdade, lecionando Química Orgânica, Análise Química, Química Inorgânica, Zoologia, Mineralogia, Agricultura e Geologia e Arte de Minas. Jubilado a partir de 1879. Foi secretário da Faculdade de Filosofia, diretor do Gabinete de Mineralogia e Conquiliologia entre 1865 a 1870 e entre 1875 e 1879, diretor da Faculdade de Filosofia entre 1872 e 1879 e diretor do Gabinete de Zoologia entre 1874 e 1879. Par do Reino, recebeu o título de 1º Visconde de Monte-são em 28 de dezembro de 1871. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro de 1866 e março de 1868 foi o responsável pela construção do Mercado D. Pedro V na antiga horta de Santa Cruz. Provisor da Misericórdia de Coimbra. Sócio do Instituto e sócio honorário da Associação dos Artistas de Coimbra. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Publicou: *Relatório e programa para a reforma da Filosofia Racional e Moral* (Coimbra 1851); *Breves considerações acerca dos Gabinetes de Mineralogia, Geologia e Zoologia no Museu da Universidade* (Coimbra 1878) e *Deterioração do clima da Europa. Sua influência na agricultura* (Coimbra 1887).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 282]

Manuel Dias da Silva (01.08.1856 – 05.09.1910)

Natural de Santa Cristina de Longos em Guimarães estudou no Liceu e no Seminário de Braga onde foi ordenado em 1879, era na época professor no Colégio Académico desta cidade. No mesmo ano ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1885 e o doutoramento em 1887. Iniciou então as funções de docente nesta faculdade. Redator efetivo da *Revista de Legislação e Jurisprudência*. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro de 1899 e dezembro de 1904, destacando-se pela municipalização da Fábrica do Gás, pelas primeiras tentativas para a instalação da energia elétrica na cidade e pela introdução dos transportes públicos urbanos, para além do incremento dado na construção das últimas ruas do bairro de Santa Cruz e pela sua contribuição para o estudo de um Plano Geral de Melhoramentos da cidade, concluído em

1900. Provedor da Misericórdia de Coimbra entre 1891 e 1892 e presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra. Condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. De entre as suas obras, para além dos compêndios académicos, destacam-se: *A Responsabilidade Civil conexas com a criminal* (Coimbra: Imprensa da Universidade 1887) e *Collegio dos orphaos de S. Caetano em Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892).

[<http://araduca.blogspot.pt/2013/09/efemeride-do-dia-coimbra-decidiu-dar-o.html> (consultado em 13.09.2014)

Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 173

Conde de Felgueiras, "Doutor Manuel Dias da Silva. Discurso proferido junto do Fétetro do ilustre professor em 6 de setembro de 1910", *O Instituto*, nº 57 (1910): 777-778]

Manuel Marques de Figueiredo Júnior (03.01.1808- 12.09.1889)

Natural de Coimbra frequentou as Faculdades de Leis, de Matemática e de Filosofia. Licenciou-se em Filosofia e em junho de 1836 concluiu o doutoramento. Foi professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, lecionando Metalurgia, Química, Agricultura, Tecnologia, Economia Rural e Veterinária, jubilando-se em abril de 1859. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1839 e 1840, e presidente da comissão municipal entre janeiro de 1847 e novembro de 1847. Sócio do Instituto de Coimbra desde 1873.

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. II. (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 278-279.]

Raimundo Venâncio Rodrigues (13.5.1813- 21.11.1879)

Natural de Bardez na Índia foi um dos três estudantes indianos escolhidos em 1833 para ingressarem na Universidade de Coimbra. Bacharel em Filosofia em 1834, em 1840 obteve o grau de doutor em Matemática e concluiu o curso de Medicina em 1843. Professor da Faculdade de Matemática a partir de 1844, como substituto das cadeiras de Hidráulica e Acústica, Geometria Sintética e responsável a partir de 1849 pela cadeira de Calculo Diferencial. Em 1847 foi temporariamente suspenso da docência por ter aderido a um movimento revolucionário sendo mesmo preso na Prisão do Limoeiro. Foi Diretor da Faculdade de Matemática entre 1876 e 1880. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1846 e entre 1852 e 1855, Presidente entre janeiro de 1858 e agosto de 1862 e entre março de 1868 e janeiro de 1870, para além de Presidente interino em 1871. Deputado às Cortes em 1868. Condecorado com a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Enquanto Presidente do Município de Coimbra foi responsável pelo traçado e construção do Cemitério Municipal, para além do alargamento da Rua de Coruche e do aterro da margem do Mondego. Publicou a obra: *Tratado elementar de Geometria* (Coimbra, 1838).

[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 263;

http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/RODRIGUES_raimundovenancio]

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (01.05.1872- 14.12.1918)

Frequentou o Seminário Maior Episcopal de Coimbra em 1885 e 1886. Em 1887 matriculou-se na Faculdade de Matemática e em 1890 ingressou na Escola do Exército onde tirou o curso de Artilharia. Em 1893 esteve no Regimento de Artilharia nº 2 de Torres Novas e no 2º grupo do Regimento de Artilharia nº 4 de Amarante. Embora mantendo a carreira militar, em 1895 retomou a frequência na Universidade e em 1897 concluiu os bacharelatos em Matemática e Filosofia. Em 1898 concluiu o doutoramento em Matemática. Nesse mesmo ano iniciou a docência na Faculdade de Matemática. A partir de 1902, lecionou na Escola Industrial Brotero e em 1905 tornou-se diretor desta escola reformando o ensino técnico. Nomeado Vice-Reitor da Universidade em outubro de 1910. Entre abril de 1909 e junho de 1910 esteve numa missão de estudo em Paris. Presidente da Comissão Administrativa Municipal de Coimbra por aclamação popular, tomou posse a 13 de outubro de 1910, todavia a 29 de dezembro deixou o lugar ao vice-Presidente António Augusto Gonçalves partindo para Lisboa. Deputado por Aveiro na Constituinte de 1911 e nesse mesmo ano, em Setembro foi convidado a fazer parte do 1.º Governo Constitucional chefiado por João Chagas, assumindo a pasta do Fomento entre setembro e novembro. Depois da demissão coletiva do governo em novembro de 1911 transitou no governo seguinte para a pasta das finanças, cargo que ocupou entre novembro de 1911 e junho de 1912. Em agosto foi nomeado chefe de missão de 1.ª classe, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Berlim. O início da I Grande Guerra obrigou-o a regressar a Portugal assumindo a Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar que ocupou até assumir a chefia do movimento revolucionários contra o governo que levaria à Revolução de Dezembro de 1917. A 11 de dezembro de 1917 assumiu a chefia do novo Governo e a 27 desse mês decretou a alteração à Constituição e a introdução de um regime presidencialista, assumindo a Presidência da República provisoriamente até abril, data em que foi eleito Presidente da República por sufrágio direto e universal. Como Presidente foi responsável pela criação do primeiro Ministério da Agricultura numa tentativa de dinamizar e incentivar a produção agrícola. Criou ainda o Ministério das Subsistências e dos Transportes com o objetivo de elevar a capacidade de produção nacional e travar a especulação sobre os produtos de primeira necessidade. Procurou retomar as relações entre o Estado e a Igreja Católica e em Julho de 1918 reatou as relações diplomáticas com a Santa Sé. Mas as consequências da Guerra Mundial faziam-se sentir por todo o país e a oposição liberal começou a organizar várias conspirações e insubordinações militares, ao mesmo tempo o movimento operário descontente com a política de preços inflacionista praticada pelo Governo para favorecer os produtos agrícolas conduzia a formas de luta mais radicais. A 5 de dezembro de 1918 durante as comemorações do golpe do ano anterior Sidónio sofreu o primeiro atentado, mas saiu ileso, no entanto nove dias depois um novo atentado conduziu à sua morte.

[http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=28

Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis*. Vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 260]

Sílvio Pélico Lopes Ferreira

Presidente da comissão executiva da Câmara Municipal de Coimbra entre janeiro de 1914 e dezembro de 1917.

Vergílio Correia Pinto da Fonseca (19.10.1888-003.07.1944)

Natural de S. Faustino, Peso da Régua, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1906. Concluiu o bacharelato em 1911 e em 1933 concluiu o doutoramento em Letras. Docente da Faculdade de Letras a partir de 1920, foi responsável pelas cadeiras de Estética e História da Arte, Arqueologia, História Antiga, História da Antiguidade e História Oriental, mas foi pelos seus trabalhos como arqueólogo e etnólogo que mais se evidenciou. Foi Diretor do Museu Machado de Castro, conservador do Museu Etnográfico Português entre 1911 e 1916, e do Museu Nacional de Arte Antiga entre 1916 e 1921. Foi responsável por importantes escavações em Conimbriga. Fundou a revista *Terra Portuguesa e Arte e Arqueologia* e foi co-autor, com António Nogueira Gonçalves, dos primeiros volumes do *Inventário Artístico de Portugal*. Foi membro da Academia Portuguesa de História, do Instituto Alemão, da Academia de História de Madrid. Socio do Instituto de Coimbra e socio honorário da Academia de Belas-Artes. Recebeu a Ordem de Santiago e da Cruz Vermelha Alemã. Publicou diversos artigos em jornais e diversos livros onde para além do *Inventário Artístico de Portugal*, destacamos: *Azulejos datados* (1912); *Arte e Arqueologia* (1920); *O imaginário francês Nicolau Chanterene na Inquisição* (1922); *Pintores portugueses dos séculos XV e XVI* (1924); *Obras Antigas da Universidade* (1934)

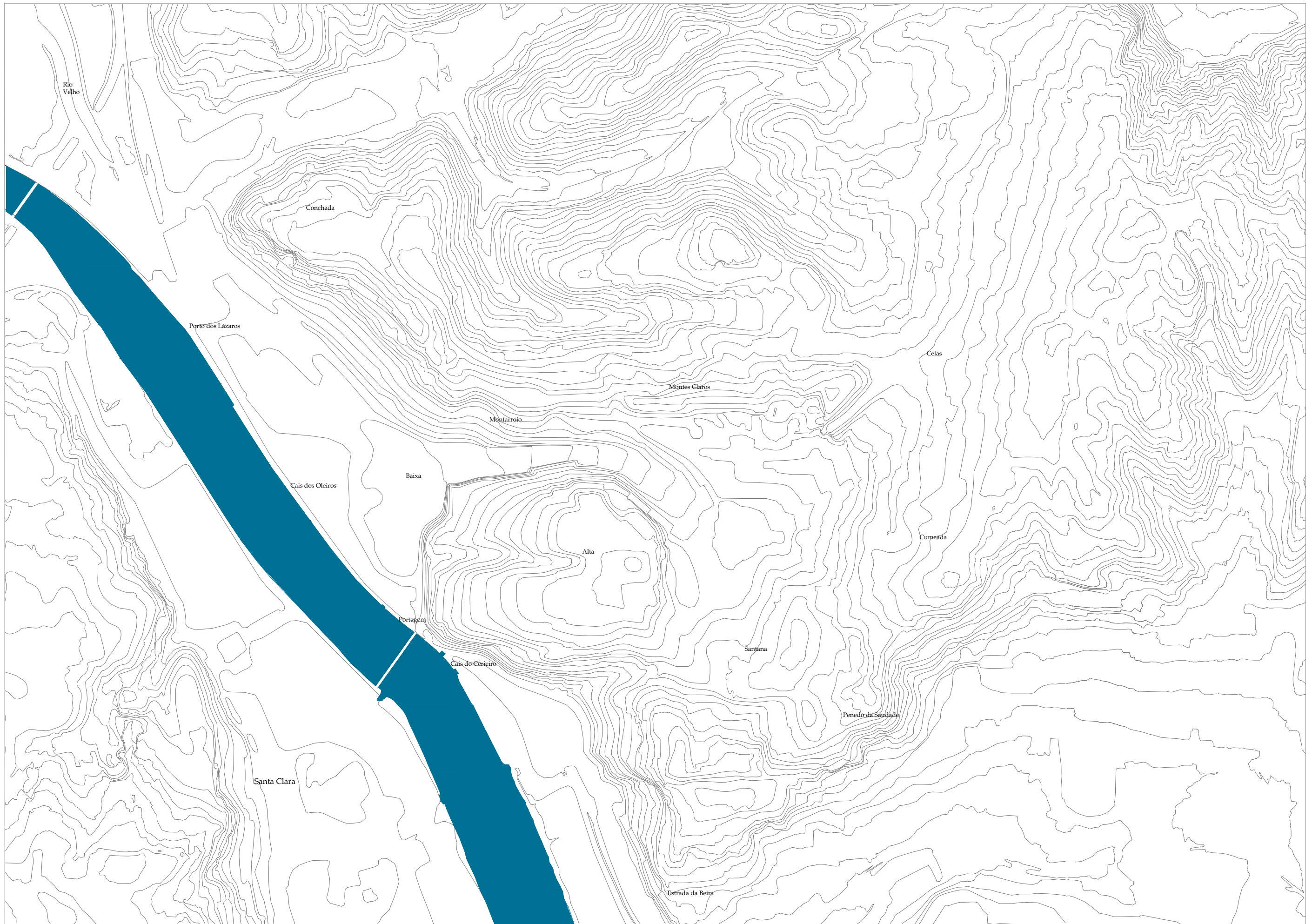
[Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis* vol II (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992), 72]

Anexo E
Peças Desenhadas

Peças desenhadas:

1. Topografia de Coimbra, início século XX
2. Toponímia das principais ruas e lugares de Coimbra, c. 1845
3. Planta de reconstituição de Coimbra, c.1845
4. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1845 e 1875
5. Planta de reconstituição de Coimbra, c.1875
6. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1875 e 1895
7. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1895
8. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1895 e 1905
9. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1905
10. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1905 e 1920
11. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1919
12. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1920 e 1934
13. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1934
14. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1934 e 1936

Nota: Os desenhos que se seguem fazem a reconstituição hipotética da evolução urbana da cidade entre 1845 e 1934, considerando seis datas: c.1845, c.1875, c.1895, c.1905, c.1920 e 1934. Para além das plantas de reconstituição da cidade apresentam-se desenhos de reconstituição do conjunto de intervenções propostas entre cada uma destas datas, condensando num desenho a estratégia de transformação da cidade para cada período.



0 10m 100m 200 m



010m 50 m 100 m

2. Toponímia das principais ruas e lugares de Coimbra, c. 1845



0 10m 100m 200 m

3. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1845

Fonte: Izidoro Emílio Baptista, "Planta topographica da Cidade e arrabaldes de Coimbra", escala 1/4000, 1845 [AHMC: Coleção de Plantas]



4. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1845 a 1875

Fonte: [António José de Sá], "Projecto dos melhoramentos a fazer no Largo da Portagem. 20 de Maio", 1874 [AHMC, *Repartição de Obras Municipais*]; Francisco e Cesar Coullard, "Planta topographica da Cidade de Coimbra", escala 1/500, 1873-74 [AHMC, *Coleção de Plantas*]; Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC, *Verenças*]



0 10m 100m 200 m

5. Planta de reconstituição de Coimbra, c.1875

Fonte: Francisco e Cesar Goullard, "Planta topographica da Cidade de Coimbra", escala 1/500, 1873-74 [AHMC: Coleção de Plantas]



0 10m 100m 200 m

6. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1875 a 1895

Fonte: José Cecílio da Costa, "Projeto de Esgotos e Sanamento da cidade de Coimbra", escala 1/5000, 1893 [ROPM, XXIV(1893) estampa 3]; s/n, Projecto do alargamento do Caes de Coimbra, Hipotese 1, 17 dezembro 1887. [AHARHC, nº 1]; Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC. Vereações]



0 10m 100m 200 m



8. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1895 e 1905



0 10m 100m 200 m

— caminho de ferro
— linha do carro americano

Fonte: s/n, "Planta da Cidade de Coimbra", escala 1/2000, 1900 [Arquivo Professor Santiago Faria], Joaquim Monteiro de Figueiredo, [*Planta da Rua do Cerco dos Jesuítas*], 9 de maio de 1899, [AHMC, *Diversos. Maço III*]; pasta 31 [AHMC, *Repartição de Obras Municipais*]; Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC:Vereações]



0 10m 100m 200 m

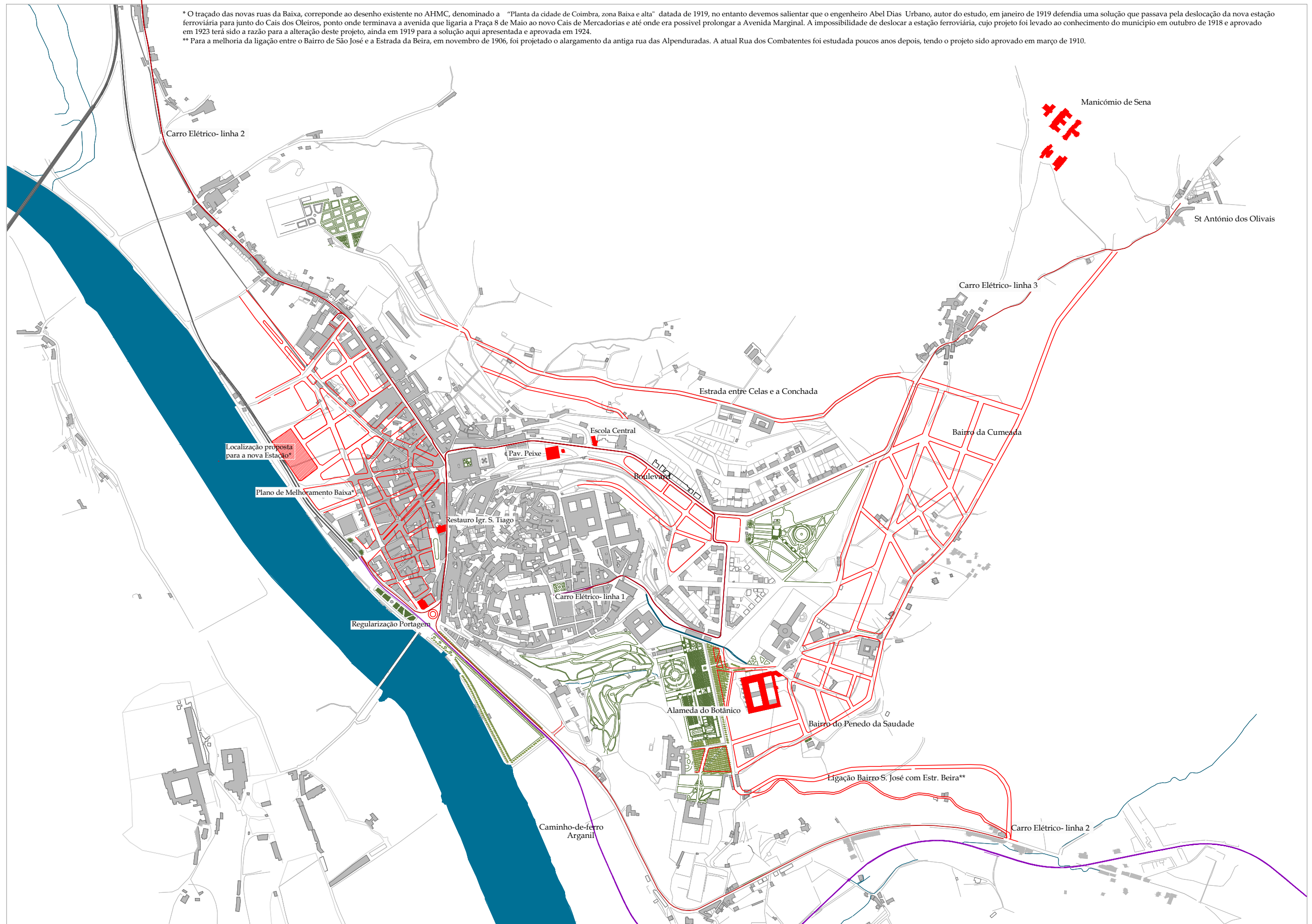
— caminho de ferro
— linha do elétrico

9. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1905

Fonte: s/n, "Planta da Cidade de Coimbra", escala 1/2000, 1900[Arquivo Professor Santiago Faria]; Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC, Vereações]

* O traçado das novas ruas da Baixa, corresponde ao desenho existente no AHMC, denominado a "Planta da cidade de Coimbra, zona Baixa e alta" datada de 1919, no entanto devemos salientar que o engenheiro Abel Dias Urbano, autor do estudo, em janeiro de 1919 defendia uma solução que passava pela deslocação da nova estação ferroviária para junto do Cais dos Oleiros, ponto onde terminava a avenida que ligaria a Praça 8 de Maio ao novo Cais de Mercadorias e até onde era possível prolongar a Avenida Marginal. A impossibilidade de deslocar a estação ferroviária, cujo projeto foi levado ao conhecimento do município em outubro de 1918 e aprovado em 1923 terá sido a razão para a alteração deste projeto, ainda em 1919 para a solução aqui apresentada e aprovada em 1924.

** Para a melhoria da ligação entre o Bairro de São José e a Estrada da Beira, em novembro de 1906, foi projetado o alargamento da antiga rua das Alpenduradas. A atual Rua dos Combatentes foi estudada poucos anos depois, tendo o projeto sido aprovado em março de 1910.



0 10m 100m 200 m

— caminho de ferro
— linha do elétrico

10. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1905 e 1920

Fontes: s/n, "Planta da cidade de Coimbra, zona Baixa e alta", escala 1/1000, (1919) [AHMC, *Colecção de Plantas*]; Pastas 8, 10 e 31 [AHMC, *Repartição de Obras Municipais*]; Abel Augusto Dias Urbano, *Melhoramentos de Coimbra. I- Projecto de novos arruamentos da Cidade Baixa* (Coimbra: Comissão de Iniciativa de Turismo, 1928); Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC, *Vereações*]



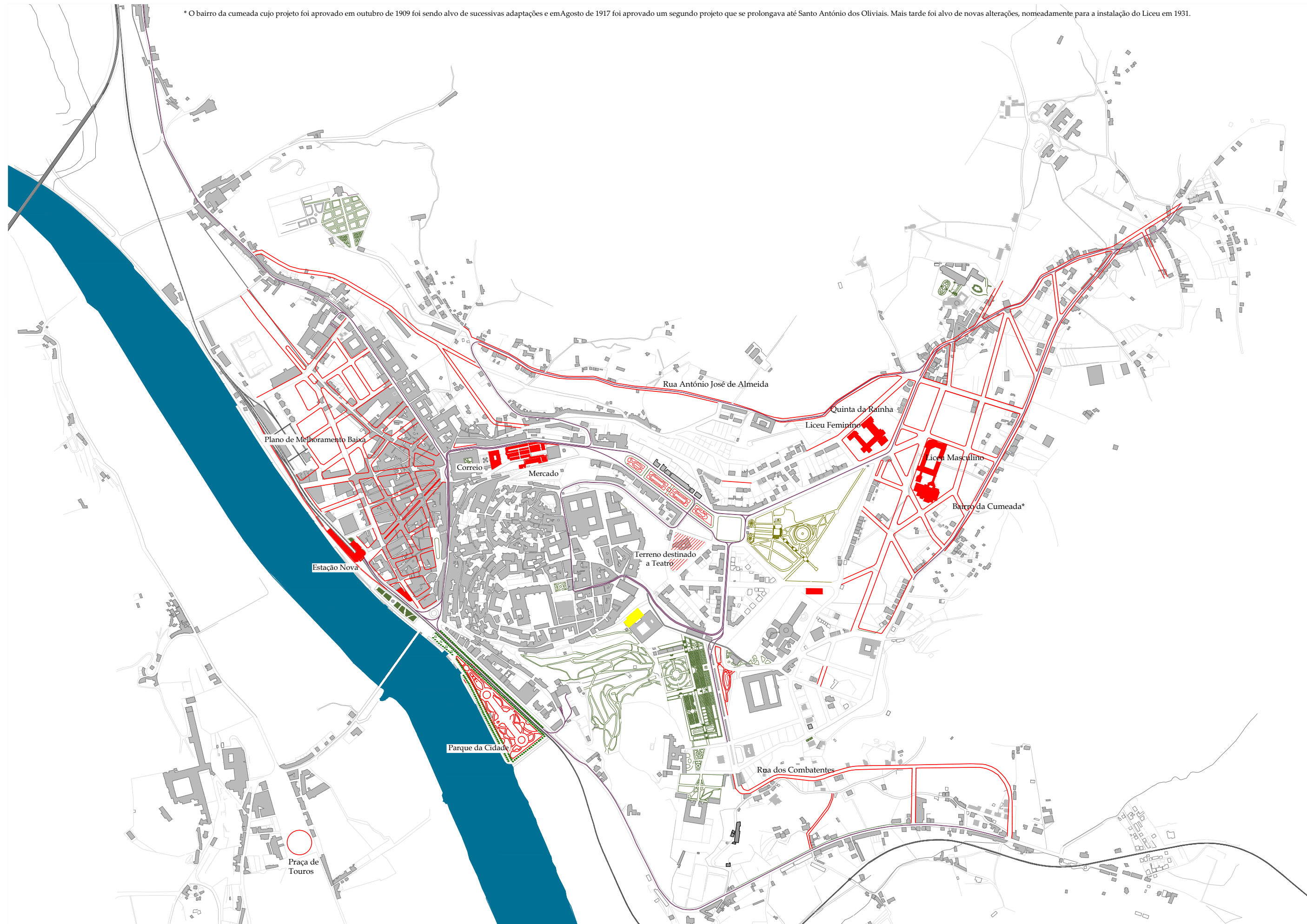
0 10m 100m 200 m

— caminho de ferro
 — linha do elétrico

11. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1919

Fonte: s/n, "Cidade de Coimbra, zona Baixa em 1919", 1919 [AHMC, *Coleção de Plantas*]; s/n, "Planta da cidade de Coimbra, zona Baixa e alta, escala 1/1000, (1919) [AHMC, *Coleção de Plantas*]; Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC, *Vereações*]

* O bairro da cumeada cujo projeto foi aprovado em outubro de 1909 foi sendo alvo de sucessivas adaptações e em Agosto de 1917 foi aprovado um segundo projeto que se prolongava até Santo António dos Olivais. Mais tarde foi alvo de novas alterações, nomeadamente para a instalação do Liceu em 1931.



12. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1920 e 1934

Fonte: José Baptista Lopes, "Planta da Cidade de Coimbra". 24 folhas, escala 1/1000, 1934 [AHMC, *Coleção de Plantas*]; Abel Augusto Dias Urbano, *Melhoramentos de Coimbra. I - Projecto de novos arruamentos da Cidade Baixa* (Coimbra: Comissão de Iniciativa de Turismo, 1928); *Pastas 10 e 31* [AHMC, *Repartição de Obras Municipais*]; Carlos Ramos, "Liceus de Coimbra. Zonas de Proteção dos edifícios Públicos" [AHMOP]; atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC, *Vereações*]



0 10m 100m 200 m

— caminho de ferro
— linha do elétrico

13. Planta de reconstituição de Coimbra, c. 1934

Fonte: José Baptista Lopes, "Planta da Cidade de Coimbra". 24 folhas, escala 1/1000, 1934 [AHMC, Coleção de Plantas]



14. Planta de reconstituição hipotética das intervenções delineadas entre 1934 e 1936

Fonte: José Baptista Lopes, "Planta da Cidade de Coimbra". 24 folhas, escala 1/1000, 1934 [AHMC, *Colecção de Plantas*]; Atas das sessões da Câmara Municipal [AHMC:Vereações]